

Relatório do Conselho de **ADMINISTRAÇÃO**

2014



COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento



ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE	6	4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores.....	21	
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	7	4.3 Subestação Rincão	22	
1.1 Tarifas de Energia.....	7	4.4 Loteamentos Melhorias	22	
1.2 Investimento Remunerável	7	4.5 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica.....	22	
1.3 Ambiente Regulatório.....	7	4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras	22	
2 DESEMPENHO OPERACIONAL	10	4.7 Iluminação Pública	23	
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	10	4.8 Plantão 24 horas.	23	
2.2 Ligações de Consumidores.....	10	4.9 Análise de Projetos Elétricos.....	23	
2.3 Comportamento do mercado	10	4.10 Área Fornecimento energia Município de Sangão/SC.	23	
2.4 Distribuição direta por classe de consumo.....	11	4.11 Balanço Energético - Janeiro/2014 a Dezembro/2014.....	23	
2.5 Receita	12	4.12 Conclusão:.....	23	
2.6 Tarifas	13	5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2015.....	24	
2.7 Qualidade do fornecimento.....	13	5.1 Suprimento de Energia.....	24	
2.8 Tecnologia da informação.....	14	5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	24	
2.9 Novos negócios.....	14	5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.	24	
2.10 Desempenho econômico-financeiro	14	5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão.....	24	
2.11 Investimentos	15	5.4 Aquisição de Equipamentos.....	25	
2.12 Valor adicionado	15	6 AUDITORES INDEPENDENTES.....	26	
2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	15	7 AGRADECIMENTOS	27	
2.14 Composição das quotas do capital social.....	15	DEMONSTRAÇÕES	CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS.....	29
2.15 Comportamento do preço das quotas... ..	16	Balanço Patrimonial - Ativo.....	29	
2.16 Atendimento aos associados e consumidores.....	16	Balanço Patrimonial - Passivo.....	30	
3 GESTÃO	17	Demonstração do resultado.....	31	
3.1 Planejamento Empresarial	17	Demonstração do Resultado	32	
3.2 Recursos Humanos.....	17	Demonstração do resultado Abrangente.....	33	
3.3 Responsabilidade Social.....	17	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	34	
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	17	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	35	
3.5 Concessionária em números	17	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	36	
3.5.1 Atendimento.....	17	NOTAS EXPLICATIVAS.....	37	
3.5.2 Mercado	18			
3.5.3 Dados Operacionais	18			
3.5.4 Dados Financeiros	18			
3.5.5 Indicadores de Desempenho	18			
3.6 Área de concessão	19			
4 – Desempenhos Comerciais.....	20			
4.1 Construções de Redes.....	20			



1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	38	24	CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A.....	54
2	DA CONCESSÃO.....	38	25	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS.....	54
3	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	38	26	ENCARGOS DO CONSUMIDOR.....	54
4	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	39	27	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.....	54
5	DISPONIBILIDADES.....	43	28	OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	54
5.1	<i>Numerário em Trânsito.....</i>	43	29	CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	55
6	CONSUMIDORES.....	43	30	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	55
7	RENDAS A RECEBER.....	44	30.1	<i>Fiscais.....</i>	55
8	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	45	30.2	<i>Trabalhistas.....</i>	55
9	OUTROS CRÉDITOS.....	45	31	DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS.....	56
10	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES.....	46	32	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	56
11	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS.....	46	32.1	<i>Capital social.....</i>	56
12	ESTOQUE.....	46	32.2	<i>Reservas de capital.....</i>	56
13	SERVIÇOS EM CURSO.....	47	32.3	<i>Ajuste de avaliação patrimonial.....</i>	57
14	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE.....	47	32.4	<i>Reserva de sobras.....</i>	57
15	CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A.....	47	33	RECEITA OPERACIONAL.....	58
16	DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	47	33.1	<i>Fornecimento energia elétrica.....</i>	58
17	INVESTIMENTOS.....	47	33.2	<i>Uso do sistema de distribuição.....</i>	58
18	IMOBILIZADO.....	48	33.3	<i>Receita de construção.....</i>	58
18.1	<i>Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....</i>	51	33.4	<i>Arrendamentos e aluguéis.....</i>	58
19	FORNECEDORES.....	51	33.5	<i>Doações, contribuições e subvenções.....</i>	59
20	FOLHA DE PAGAMENTO.....	52	33.6	<i>Serviço e outras receitas.....</i>	59
21	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	52	34	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	59
22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	52	34.1	<i>Impostos.....</i>	59
22.1	<i>CIRCULANTE.....</i>	52	34.2	<i>Encargos do Consumidor.....</i>	59
22.2	<i>NÃO CIRCULANTE.....</i>	53	35	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.....	59
23	CREDORES DIVERSOS.....	53	36	ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.....	60
			37	DESPESAS OPERACIONAIS.....	60
			38	RESULTADO FINANCEIRO.....	60
			39	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	61



40 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS.....	61	ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE.....	78
41 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	61	PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE.....	78
42 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	62	FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO	78
43 SEGUROS	62	PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D.....	79
44 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)	62	PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE	79
45 EVENTOS SUBSEQUENTES	62	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2014.....	81
PARECER DO CONSELHO FISCAL	63	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL – 2014.....	82
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	64	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	83
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	66	ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL	85
Balanço Patrimonial - Ativo.....	67	PARTICIPAÇÕES	89
Balanço Patrimonial - Passivo.....	67		
Demonstração do Resultado.....	68		
NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71		
[1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	71		
[2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	72		
[3] ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO).....	72		
[4] IMOBILIZADO	73		
[5] INTANGÍVEL.....	73		
[6] PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	74		
[7] RESERVAS DE SOBRAS.....	74		
[8] RECEITA DE CONSTRUÇÃO	75		
[9] AJUSTES DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	75		
[10] RESULTADO NÃO OPERACIONAL	76		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	78		
BALANÇO SOCIAL – 2014	78		



Relatório da Administração



CARTA DO PRESIDENTE

Caro associado,

Já sabemos que a energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento. A nossa história, e a história da humanidade, enfim, nos declara dependentes da eletricidade. A comodidade de tê-la em nosso alcance é tanta que às vezes até esquecemos, e quando ela falta... se ela falta por algum motivo é que nos damos conta do quanto essa relação é extrema.

Dizer que a energia faz girar a roda do desenvolvimento já se tornou um clichê. Mas, não podemos ver de outra forma. Ela está nas indústrias, que produzem, que empregam, que distribuem matéria prima pra outras indústrias, que produzem, que empregam, que geram renda, que enriquecem o município, o Estado, o País, e nos colocam par a par com outros países.

Essa energia que move a economia move também nossos lares, gera satisfação e conforto em nossas famílias. É eletrizante poder chegar em casa, ao calor do verão, e encontrar água fresca na geladeira, um vento soprando pelo ventilador, luzes acesas ao anoitecer, e um noticiário para ficar bem informado. Coisas do nosso cotidiano. Coisas que a energia proporciona.

Nós da Cooperaliança trabalhamos com energia: a que move motores, e principalmente, a que nos move. Trabalhamos distribuindo energia elétrica de qualidade dando o melhor de nós porque sabemos o quão importante é um trabalho desempenhado com zelo, ética, transparência, e qualidade. Somos uma concessionária de distribuição de energia elétrica, mas, acima de tudo, somos uma cooperativa, e cooperamos com a nossa energia.



1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o processo de IRT (Índice de Reajuste Tarifário), do ano de 2014. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 30,76% sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 14 de agosto de 2014 a 13 de agosto de 2015. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 1.775, de 12 de agosto de 2014, e nota técnica nº 262/2014 – SRE/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possui fins lucrativos.

*Capítulo II
Das Sociedades Cooperativas.*

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

1.3 Ambiente Regulatório

As principais ocorrências vigentes no âmbito regulatório estão citadas a seguir:

Decreto Lei nº 7.520 de 08/07/2011 publicada em 11/07/2011:

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências.

Decreto Lei nº 7.583 de 13/10/2011 publicada em 13/10/2011:

Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), e dá outras providências.

Decreto Lei nº 7.656 de 23/12/2011 publicada em 26/12/2011:

Altera o Decreto nº 7.520 de 08 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014.

Resolução Normativa nº 471 de 20/12/2011 publicada em 20/01/2012:

Estabelece os procedimentos a serem adotados, a título provisório, nos processos de revisão tarifária de concessionárias e permissionárias até a publicação das correspondentes metodologias aplicáveis.

Resolução Normativa nº 470 de 13/12/2011 publicada em 22/12/2011:

Estabelece as disposições relativas às Ouvidorias das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica; inclui o inciso XX no art. 5º da Resolução Normativa ANEEL 063 de 12 de maio de 2004 e dá outras providências.



Resolução Normativa nº 396 de 23/02/2010 publicada em 08/03/2010:

Institui a contabilidade regulatória, e passa o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, a finalidade das práticas e orientações contábeis, às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica; e revoga todas as demais disposições em contrário.

Resolução Homologatória nº 1.770 de 05 de agosto de 2014, publicada em 07/08/2014:

Homologa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs referentes à Celesc Distribuição S.A. – Celesc-DIS e dá outras providências.

Resolução Homologatória nº 1.775 de 12 de agosto de 2014, publicada em 14/08/2014:

Homologa o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 da Cooperativa Aliança – Cooperaliança, fixa as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, as Tarifas de Energia – TE e dá outras providências.

Resolução Autorizativa nº 4.263 de 06 de agosto de 2013, publicada em 12/08/2013:

Estabelece os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, para o conjunto de unidades consumidoras da área de concessão da Cooperativa Aliança - Cooperaliança, para o período 2014-2017.

Resolução Normativa nº 367, publicada em 2/06/2009:

Aprova o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e dá outras providências.

Resolução nº 543 de 11 de dezembro de 2001, publicada em 12/12/2001:

Aprova o reagrupamento das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica da Cooperativa Aliança- Cooperaliança.

Resolução normativa nº 574 de 20 de agosto de 2013, publicada em 28/08/2013:

Estabelece a metodologia e os limites para os indicadores de qualidade comercial DER – Duração Equivalente de Reclamação e FER- Freqüência Equivalente de Reclamação e dá outras providências.

Resolução normativa nº 581 de 11 de outubro de 2013, publicada em 06/11/2013:

Estabelece os procedimentos e as condições para a prestação de atividades acessórias, para o fornecimento de energia elétrica temporária com desconto na tarifa e para exportação de energia elétrica para pequenos mercados em regiões de fronteira pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Resolução normativa nº 63 de 12 de maio de 2004, publicada em 13/05/2004:

Aprova procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários, autorizados e demais agentes de instalação e serviços de energia elétrica, bem como às entidades responsáveis pela operação do sistema, pela comercialização de energia elétrica e pela gestão de recursos provenientes de encargos setoriais.

Resolução homologatória nº 1.833 de 02 de dezembro de 2014, publicada em 08/12/2014:

Estabelece, para o ano de 2015, as cotas de custeio e de energia referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

Resolução normativa nº 414 de 09 de setembro de 2010:

Estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica de forma atualizada e consolidada.

Resolução normativa nº 313 de 13 de maio de 2008:



Estabelece critérios e procedimentos para repasse ao consumidor residencial e rural, na forma de bônus, do saldo positivo da conta de comercialização da energia elétrica de ITAIPU.

Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) tem caráter normativo e consolida a regulamentação acerca dos processos tarifários. A estrutura do PRORET foi aprovada pela Resolução Normativa nº 435/2011, sendo que ele está organizado em 10 módulos, que por sua vez estão subdivididos em submódulos.

Os Procedimentos de Distribuição - PRODIST são documentos elaborados pela ANEEL e normatizam e padronizam as atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de energia elétrica.



2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em cinco dos 295 municípios do Estado, atendendo 35.109 consumidores cativos e um consumidor parcialmente livre, instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

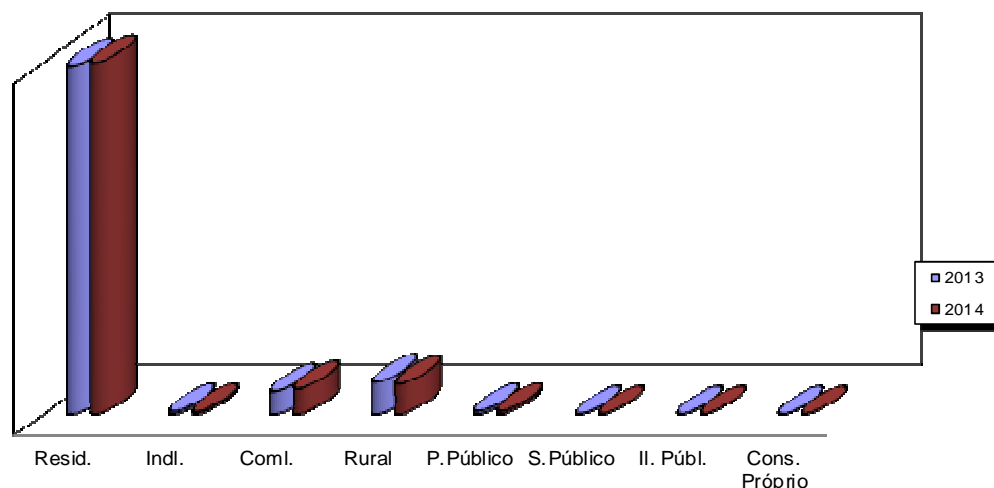
Em 2014, a Cooperaliança registrou um crescimento de 0,87% em seu número de consumidores, e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWH de 7,79%. Motivo que impulsiona a concessionária a realizar cada vez mais investimentos em sua área de concessão.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2014 apresentou um crescimento de 3,39% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2014	2013	%
Residencial	29.941	29.660	0,94
Industrial	193	212	(8,96)
Comercial	2.145	1.943	10,40
Rural	2.560	2.722	(5,95)
Poder público	245	243	0,82
Iluminação pública	4	5	(20,00)
Serviço público	15	15	0,00
Consumo próprio	7	7	0,00
TOTAL	35.110	34.807	0,87

Crescimento de Mercado



2.3 Comportamento do mercado

O mercado energético continua bastante atraente no âmbito de consumo, o mercado da concessionária cresceu 7,79% no ano de 2014, em relação a 2013, e aponta ainda para uma perspectiva de crescimento de demanda para o ano de 2015, resultante da previsão de crescimento nacional, e implantação de novas indústrias em nossa área de concessão.



2.4 Distribuição direta por classe de consumo

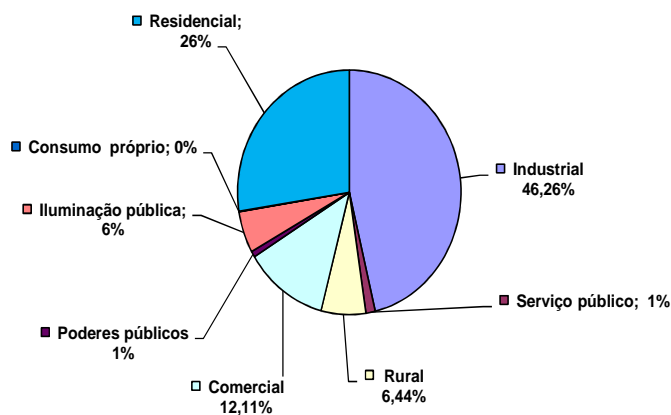
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2014 foi de 200.219 MWH e no mercado parcialmente livre de 890 MWH registrando um crescimento no mercado da concessionária de 7,79% em relação a 2013.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram às classes Poderes Públicos, Comercial, Iluminação Pública e Industrial.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2014	2013	%
Residencial	55.279	51.534	7,27
Industrial	92.135	82.763	11,32
Industrial – Livre	890	4.561	(80,49)
Comercial	24.345	21.638	12,51
Rural	12.958	12.133	6,80
Poderes Públicos	1.577	1.368	15,28
Serviços Públicos	2.741	2.558	7,15
Iluminação Pública	11.039	9.885	11,67
Consumo Próprio	145	127	14,17
TOTAL	201.109	186.567	7,79

CONSUMO POR CLASSE



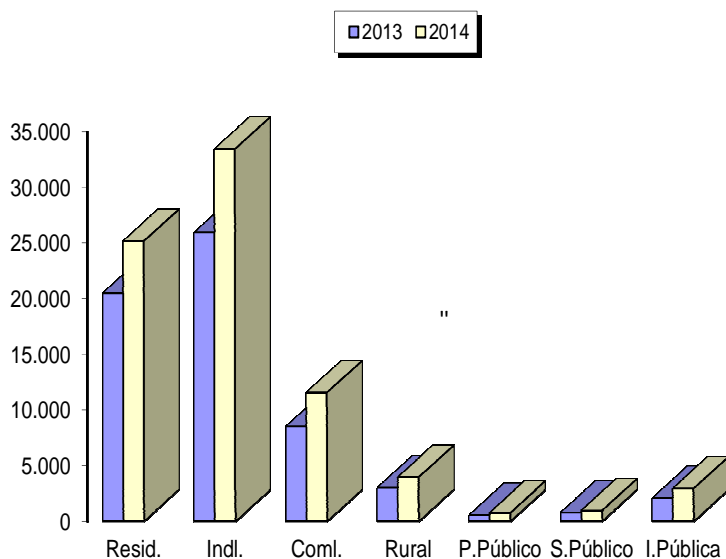


2.5 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 71.213 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2014	2013	%
Residencial	25.154	20.480	22,82
Industrial	33.441	25.934	28,95
Comercial	11.546	8.505	35,75
Rural	3.947	3.015	30,91
Poderes públicos	748	538	39,03
Iluminação pública	2.935	2.062	42,34
Serviço público	950	768	23,70
Consumo próprio	-	-	-
Provisão redução da tarifa - TUSD	210	-	100,00
Renda não faturada	617	122	405,73
Sub-Total	79.548	61.424	29,51
Serviços	1.194	655	82,29
Arrendamentos e aluguéis	605	569	6,33
Doações, Contribuições e Subvenções	4.463	3.465	28,80
Receita de construção	4.959	3.682	34,68
Sub-total	90.769	69.795	30,05
ICMS	(17.330)	(13.365)	29,67
PIS/COFINS	(491)	(368)	33,42
ISSQN	-	(4)	(100,00)
Ultrapassagem de demanda e reativos	(312)	-	100,00
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(1.423)	(1.002)	42,01
TOTAL	71.213	55.056	29,35

RECEITA LÍQUIDA





2.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2014, foi de R\$ 304,13 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2014	2013
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	378,86	331,90
Industrial	266,04	219,86
Comercial	356,11	294,91
Rural	251,18	205,91
Poder público	386,81	323,38
Serviço público	259,99	225,23
Iluminação pública	236,52	222,57
Consumo próprio	163,59	137,91
MÉDIA	304,13	256,58

Composição da tarifa	Resid.	Incl.	Coml.	Rural	Poder Público	Outros
Impostos	81,70	88,91	120,95	54,49	92,66	86,81
PIS	0,98	0,05	0,49	0,21	1,00	0,31
COFINS	4,56	0,25	2,27	0,97	4,65	1,45
ICMS	76,16	88,61	118,19	53,31	87,01	52,69
Taxas	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50
Fiscalização	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37
CCC	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17
RGR	-	-	-	-	-	-
CDE	2,72	2,72	2,72	2,72	2,72	2,72
PEE/P&D	3,24	3,24	3,24	3,24	3,24	3,24
Total custo/despesas	372,36	259,54	349,61	244,68	380,31	653,60
Custo da energia comprada	215,80	215,80	215,80	215,80	215,80	215,80
Despesas de pessoal	26,07	26,07	26,07	26,07	26,07	26,07
Outras despesas operacionais	130,49	17,67	107,74	2,81	138,44	411,73
Tarifa bruta concessionária. (*)	460,56	354,95	477,06	305,67	479,47	740,41

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

2.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	6,46	5,31	4,03	3,96	0,68	0,63



2.8 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2014, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Aquisição de dois microcomputadores para substituição dos mais obsoletos.
- E Início da implantação do sistema EFI (leitura e entrega de faturas instantâneas).
- Aquisição de servidor de dados e antivírus.
- Melhoria no servidor de dados da sede do Balneário Rincão.

2.9 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

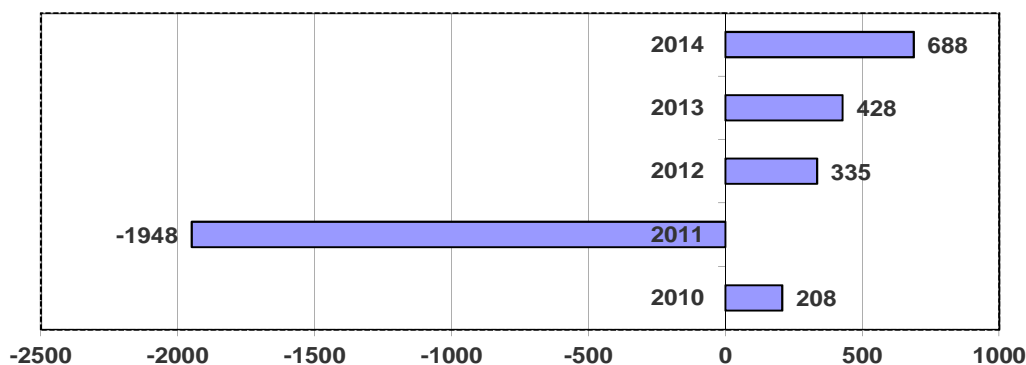
2.10 Desempenho econômico-financeiro

Em 2014, a sobra líquida à disposição da Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 688 mil contra R\$ 428 mil o que representou um acréscimo de 60,74%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2014, R\$ 71.213 mil, enquanto em 2013 o resultado foi de R\$ 55.056 mil, representando um aumento de 29,35%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2014 foi de 65.923 mil contra 51,971 mil em 2013 representando um aumento de 26,84% isso ocorreu principalmente pela aumento no custo de aquisição da energia elétrica para revenda.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:





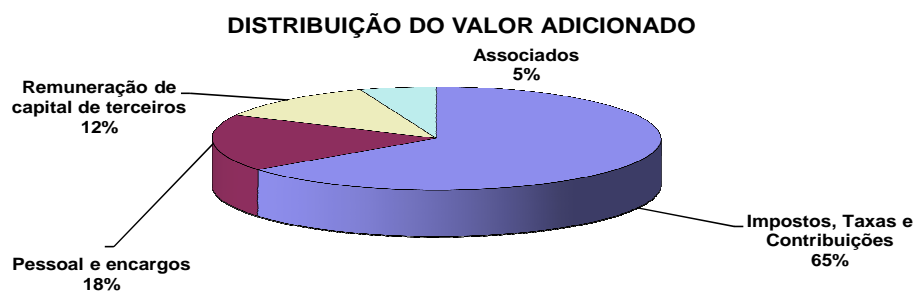
2.11 Investimentos

Em 2014, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 4.040 mil, 26,68% superiores em relação a 2013, conforme a seguir:

Investimentos - R\$ mil			
	2014	2013	%
Obras de Distribuição	3.992	2.782	43,49
Instalações Gerais	44	76	(42,10)
Veículos	-	331	(100,00)
Intangível	4	-	100,00
TOTAL	4.040	3.189	26,68

2.12 Valor adicionado

Em 2014, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 31.135 mil, representando 34,48% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.13 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, sendo que essas sobras foram destinadas pela assembleia ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.14 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da concessionária era de R\$ 1.348 milhões, composto por 1.385.946 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2013	34.258	1.326
Total de associados em Dez/2014	34.935	1.348



2.15 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de setembro de 2013.

*Capítulo VII
Do Capital Social.*

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máxima, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.16 Atendimento aos associados e consumidores

O associado e consumidor da Cooperaliança possui vários canais de atendimento, e conforme a seu tipo de atendimento, não é necessário nem sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um teleatendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de um atendimento fora do horário habitual pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante todo o dia, das 7h45min às 18 horas, sem fechar ao meio dia. Para os demais setores administrativos, o atendimento na sede é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h30min às 18horas.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leal – 148, Centro, e o atendimento funcionam das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. E em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período matutino.

O teleatendimento da Cooperaliança funciona 24 horas, através do 0800 48 4040, em horário comercial atendimentos emergenciais, e problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão casos relacionados à interrupção de energia, e solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar a Agência, basta acessar o site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço. Através dele, acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.



3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimentos das necessidades dos consumidores.

3.2 Recursos Humanos

Em 2014 a concessionária investiu R\$ 42 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2014	2013	%
Número de consumidores	35.110	34.807	0,87
Número de empregados	93	90	3,33
Número de consumidores por empregado	377	387	(2,58)
Número de postos de atendimento	04	04	0,00



3.5.2 Mercado

	2014	2013	%
Área de concessão (Km ²)	569,21	569,21	0,00
Demanda máxima (MW)	45,300	42,867	5,67
Distribuição direta (MWH)	201.109	186.567	7,79
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,846	1,737	6,27
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	304,13	256,58	18,53
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	378,86	331,90	14,15
Industrial	266,04	219,86	21,00
Comercial	356,11	294,91	20,75
Rural	251,18	205,91	21,98
Poder Público	386,81	323,38	19,61
Serviços Públicos	259,99	225,23	15,43
Iluminação Pública	199,40	222,57	(10,41)
Consumo próprio	163,59	137,91	18,62
DEC (horas) – Conjunto – Içara	6,46	5,31	21,66
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	4,03	3,96	1,77

3.5.3 Dados Operacionais

	2014	2013	%
Número de subestações	01	01	0,00
Linhas de distribuição (km)	1.580	1.517	4,15
Capacidade instalada (MVA)	124,98	100,7	24,11

3.5.4 Dados Financeiros

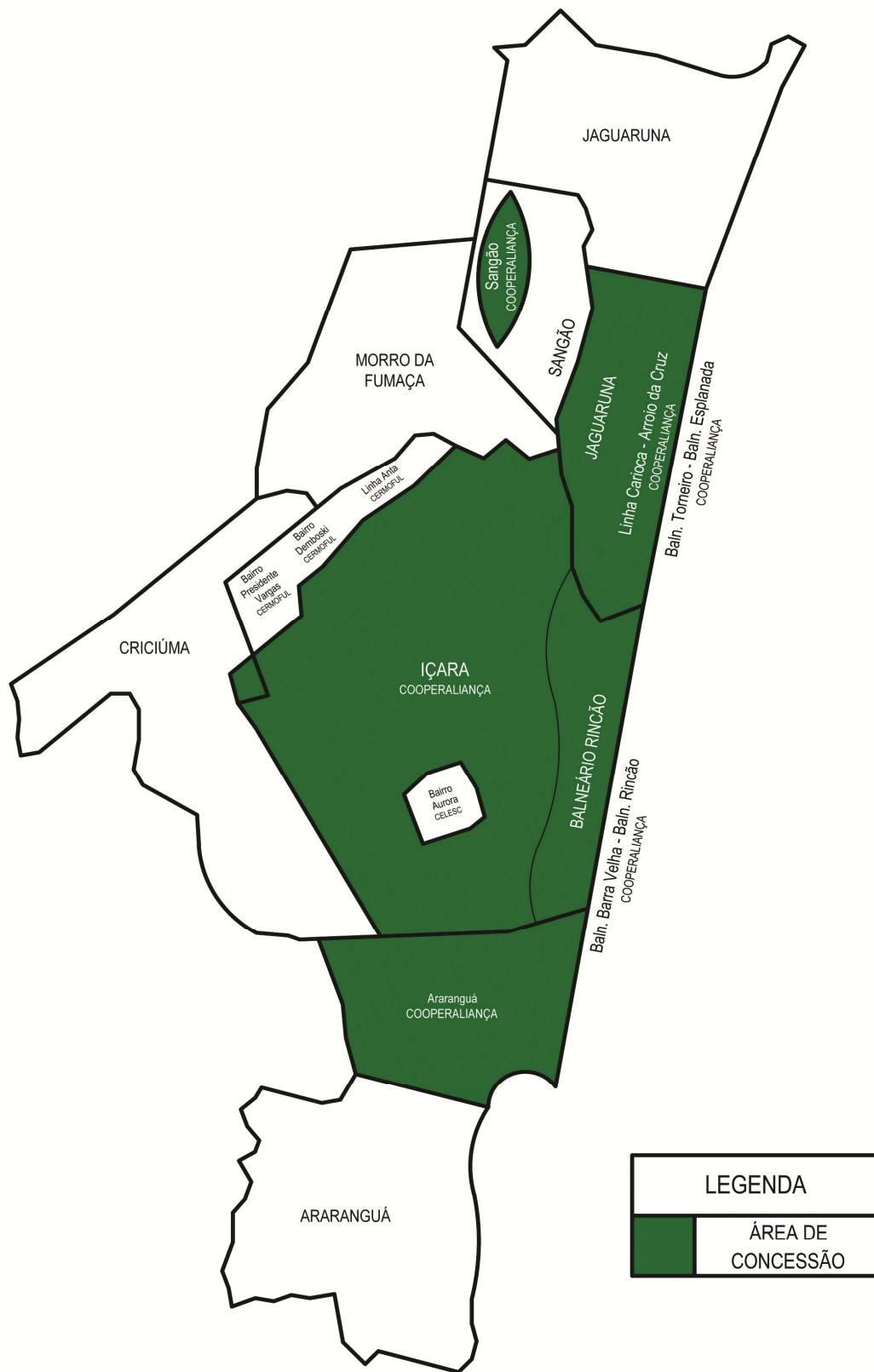
	2014	2013	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	90.769	69.795	30,05
Receita operacional líquida (R\$ mil)	71.213	55.056	29,35
Margem operacional do serviço líquida (%)	4,75	3,52	34,94
Sobras líquidas (R\$ mil)	1.715	599	186,31
Patrimônio líquido (R\$ mil)	27.076	25.972	4,25
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	0,00
Endividamento do patrimônio líquido (%)	133,19	108,39	22,88
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2014	2013	%
Salário médio dos funcionários em R\$	3.886	3.311	17,36
Energia comprada por funcionário em MWH	2,162	2,073	4,29
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,73	5,36	6,90



3.6 Área de concessão





4 – Desempenhos Comerciais

4.1 Construções de Redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Poço 03	1800	750	500	450
Vila São José	100	1000	220	300
Barracão	1830	710	350	200
Jaqueline	350	400	650	230
Lombas Pedreiras	750	200	600	
Primeiro de Maio	750	1200	1080	350
Poço 08	450	200	500	350
Boa Vista	800	250	450	300
Sanga Funda	350		350	
Liri	450	250	300	200
Santa Cruz	250	450	430	350
Nossa Sr Fátima	350	250	150	100
Vila Alvorada	250		350	200
Urussanga Velha II	300		250	
Linha Três Ribeirões	300	350	350	
Esperança		600	350	150
Espigão	600	400	250	350
Rio Acima	150	100	450	450
Centenário			650	250
2ª Linha	1000	1000	350	250
1ª Linha		350	350	
Raichaski	350	400	750	630
Linha Zilli	300			
Vila Nova	2200	840	460	200
Rio dos Anjos	450	850	300	200
Linha do Meio			200	200
Centro	650	500	750	350
Tereza Cristina	2300	750	860	300
Ponta do Mato			330	
Esplanada	320	480	600	400
Rio dos Porcos Sul	350	1820		
Rio dos Porcos Norte	450	3010	350	250
Total/Metros	18.200	17.110	13.530	7.010

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneário Rincão	1140	160	320	
Vila Suíça	2200	750	980	200
Lagoa dos Esteves	600	350	200	
Barra Velha	450		850	300
Total/Metros	4.390	1.260	2.350	500

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneário Esplanada	1100	350	1800	740
Balneário Torneiro	650	250	650	250
Linha Carioca	250		300	
Total/Metros	2.000	600	2.750	990



Município de Sangão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Morro Azul	150	700		
Total/Metros	150	700		

Neste período tivemos um acréscimo em nossos sistemas de distribuição de 19,67 km de Alta Tensão, e 24,74 km de Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 8,5 km de Alta Tensão e 18,63 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Centro	1-150, 1-45, 2-75	75 p/ 150, 112,5 p/ 150, 150 p/ 112,5, 15 p/ 45
Rio dos Porcos Norte	1-75, 2-45	75 p/ 112,5
Loteamento Centenário		45 p/ 75
Primeiro de Maio	1-30, 1-45	
Nossa Senhora de Fátima	1-75	150 p/ 225
Vila São José	2-75	75 p/ 112,5, 15 p/ 30
Sanga Funda	1-75	75 p/ 112,5, 75 p/ 45
Rio dos Anjos	1-300	
Boa Vista	1-112,5, 1-15	15 p/ 10, 30 p/ 112,5
Ponta do Mato	1-30	
Linha Santa Cruz	1-30	
Liri	1-45, 2-75	112,5 p/ 45, 112,5 p/ 45
Linha Três Ribeirões	1-45	
Jaqueline	1-30	
Marili	1-45	
Primeira Linha	1-30	
Vila Nova	1-30, 1-75	
Segunda Linha	2-30	
Poço três	1-30	
Tereza Cristina	1-75	
Esplanada	1-30	300 p/ 500, 75 p/ 150, 30 p/ 45
Rio dos Porcos Sul	1-112,5, 1-45	
Linha Frasson	1-45	
Vila Alvorada	1-30	
Raichaski	1-75	
Barracão	1-75	30 p/ 75
Espigão	1-30	
Terceira Linha		225 P/ 300
Total - Potência	39 transformadores – 2430 kva	20 transformadores – 660 kva

Município de Baln. Rincão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Balneário Rincão Centro	1-45, 1-30, 2-75	75 p/ 30, 30 p/ 75, 150 p/ 75, 30 p/ 75
Lagoa dos Esteves	1-45	
Vila Suíça	1-45, 1-75	45 p/ 75
Pedreiras		75 p/ 45
Total – Potência	07 transformadores - 390 kva	06 transformadores –(30) kva



Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados	Ampliados
Arroio da Cruz		45 p/ 112,5
Balneário Esplanada	4-45	45 p/ 75, 45 p/ 30, 30 p/ 45, 30 p/ 75, 45 p/ 112,5, 112,5 p/ 30, 45 p/ 30, 45 p/ 75, 45 p/ 75, 75 p/ 15, 45 p/ 75
Balneário Torneiro		45 p/ 75
Total – Potência	04 transformadores - 180 kva	12 transformadores - 105 kva

Município de Sangão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Campo do Sangão		150 p/ 300
Rio Rincão		112,5 p/ 150, 75 p/ 112,5
Chapada do Orvalho	1-45	
Total – Potência	01 transformador – 45 kva	03 transformadores – 225 kva

Neste período foram implantadas 51 novas subestações e ampliadas 41, totalizando 92 subestações, aumentando em 4,0 MVA a Potência Instalada das Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão operou com sua carga máxima no mês de dezembro, onde foram utilizados 82% de sua capacidade instalada no horário de ponta, sinalizando obras de ampliação da mesma para os próximos anos.

A Cooperaliança realizou inspeções térmicas nos barramentos, chaves e equipamentos, bem como toda manutenção preventiva e corretiva.

4.4 Loteamentos Melhorias

Realizamos obras de melhorias nos loteamentos. Ainda, a padronização dos circuitos, troca de postes e recondutoramento do sistema de distribuição de energia, ampliações de subestações em postes, ampliando, desta forma, as cargas instaladas.

4.5 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica

Transferência de carga das localidades Urussanga Velha, Esplanada (e regiões próximas), Balneário Esplanada no município de Jaguaruna. A transferência ocorreu entre os Alimentadores Iça 02 para o Rao 01 oriundo da Subestação Rincão, sendo uma carga de 4,0 MW.

4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 2.705 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.



4.7 Iluminação Pública

A Cooperaliança finalizou os serviços de iluminação pública nos município de sua área de concessão. A responsabilidade por tais serviços, hoje, é de responsabilidade do poder público de cada município.

4.8 Plantão 24 horas.

A Central de Operação e Distribuição "COD" atendeu a 4.516 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica. Além disso, orientou os consumidores nos procedimentos de instalações elétricas em novas unidades consumidoras.

4.9 Análise de Projetos Elétricos.

Com objetivo de melhorar nosso atendimento, bem como orientações aos consumidores com relações as novas ligações, a área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia Elétrica na Unidade Consumidora a ser instalada.

Neste período foram analisados 320 projetos, sendo 276 residenciais, 27 comerciais, 9 industriais e 8 loteamentos.

4.10 Área Fornecimento energia Município de Sangão/SC.

A Resolução Aneel Nº 543, de 11 de dezembro de 2001, autorizou a Cooperaliança a fornecer energia elétrica, a título precário, no município de Sangão/SC.

A Cooperaliança atendendo despacho Nº 3.457 de 28 de agosto de 2014, de transferências dos Ativos, encerrou os serviços prestados de distribuição de energia elétrica no município de Sangão, em setembro de 2014, transferindo todos os ativos e consumidores a Celesc.

4.11 Balanço Energético - Janeiro/2014 a Dezembro/2014.

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da concessionária supridora, a Celesc, um total de 216.905 Mwh/ano, e distribuiu 201.112 Mwh/ano. As perdas somam o montante de 15.793 Mwh, totalizando um percentual de 7,28 %.

4.12 Conclusão:

O Sistema de distribuição de energia elétrica apresentou um pequeno crescimento nas classes de consumo aumentando o consumo de energia e demanda. Foram realizadas manutenções preventivas e corretivas nos alimentadores. Na Subestação Rincão, realizamos todos os procedimentos necessários para o bom desempenho e funcionamento do sistema de distribuição.

Houve a transferência de carga da Subestação Celesc para Subestação Rincão por motivo de carregamento na demanda do alimentador.

Finalizamos a transferência do alimentador JVA 01 para a Celesc atendendo determinação na Aneel.



5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2015.

O Planejamento foi elaborado de acordo com as necessidades de atendimento ao mercado da Cooperaliança nas melhorias dos serviços prestados.

Com a expansão do sistema de distribuição de energia elétrica o aumento nas demandas de energia incorpora uma visão pela qualidade dos serviços bem como uma melhor oferta no pronto atendimento.

5.1 Suprimento de Energia

Todo suprimento de energia elétrica do sistema Cooperaliança é adquirido da concessionária Celesc, com os contratos para os pontos de atendimentos de Içara Localizada na Subestação Celesc e Subestação Rincão no Bairro Sanga Funda.

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia da Cooperaliança é composto por nove circuitos de distribuição e um de transmissão. Foram realizadas manutenções preventivas e corretivas com inspeções térmicas anuais em todos os circuitos.

Na Subestação Rincão, foram realizadas inspeções térmicas dos equipamentos e análise do óleo do transformador de força.

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	Rao-01	Vila nova / Barracão	160.000,00	Adequação de novo circuito de Alta Tensão
2	Içara-02	Linha Zilli / BR 101	80.000,00	Adequação Rede de Alta Tensão ao junto ao sistema de transmissão de 69 KV.
3	Içara-03	Circuito Içara 03 - Bairro Liri até divisa com Criciúma.	90.000,00	Recondutoramento e Ampliação de carga
4	Içara-04	Circuito centro de Içara Bairro Primeiro de Maio.	65.000,00	Novo anel do sistema de distribuição para transferência de cargas.
Total			395.000,00	

5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	40	Divisão de cargas entre circuitos e recondutoramentos de circuitos e instalações redes multiplexadas	365.000,00	Instalações de novos transformadores, para divisão de circuitos.
1	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	200.000,00	Manutenções corretivas e preventivas.
Total			565.000,00	



5.4 Aquisição de Equipamentos

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
50	Transformador	300.000,00	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
2.000	Medidores de Energia	350.000,00	Atender ao crescimento de mercado
Total		650.000,00	

TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 1.610.000,00.



6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2014.



7 AGRADECIMENTOS

O poeta já dizia que na vida é impossível ser feliz sozinho. Dizemos que é impossível ser feliz, ter sucesso, vencer... tudo na vida só é possível quando se pode contar com a cooperação de alguém.

Enquanto diretoria, contamos com a colaboração um dos outros para termos êxito em nossas decisões. Enquanto empresa, temos a cooperação de nossos empregados, estagiários, parceiros, terceiros, fornecedores, consumidores. Enquanto cooperativa, contamos com a sorte de ter ao nosso lado os milhares de associados que temos. Não estamos sozinhos nesta jornada.

Findamos mais um exercício, e gostaríamos de deixar registrado o nosso agradecimento a cada pessoa que leva parte da história da Cooperaliança consigo. Cada pessoa que deixa parte de sua história aqui. Agradecer, porque uma das mais belas virtudes do homem continua sendo a gratidão: Muito obrigado!

Içara – SC 27 de janeiro de 2015.

Jorge Rodrigues
Presidente

Severiano Antônio Valentim
Secretário



Demonstrações Contábeis Societárias



BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2014	2013
ATIVO			
Circulante		19.574	11.168
Numerário disponível	5	172	150
Numerário em trânsito	5.1	1.091	776
Consumidores	6	14.617	10.752
Rendas a receber	7	219	200
Tributos a compensar	8	513	392
Outros Créditos	9	1.108	532
Doações, Contribuições e subvenções	10	2.004	290
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11	(3.072)	(2.683)
Estoque	12	162	154
Serviços em curso	13	405	591
Despesas pagas antecipadamente	14	13	14
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	15	2.342	-
		43.565	42.955
Não Circulante		31.329	28.224
Tributos a compensar	8	131	107
Consumidores	6	1.406	1.575
Outros Créditos	9	16	12
Ativo indenizável (concessão)	18	29.741	26.503
Depósitos judiciais	16	35	27
Investimentos	17	2.137	2.136
Intangível	18	11.191	13.276
Participação financeira do consumidor	18.1	(1.092)	(681)
TOTAL DO ATIVO		63.139	54.123

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2014	2013
PASSIVO			
Circulante	Notas	29.009	19.330
Fornecedores	19	12.753	6.799
Folha de pagamento	20	282	244
Tributos e contribuições sociais	21	1.265	2.104
Empréstimos e financiamentos	22.1	6.474	6.917
Credores diversos	23	2.518	529
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	24	2.991	-
Obrigações estimadas	25	505	484
Encargos do consumidor a recolher	26	80	41
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	27	1.654	1.476
Outras contas a pagar	28	487	736
		7.054	8.821
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	22.2	5.699	7.337
Provisões para contingências	30	1.355	1.484
		27.076	25.972
Patrimônio Líquido			
Capital social	32.1	1.348	1.326
Reservas de capital	32.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	32.3	2.611	3.359
Reservas de Sobras	32.4	8.332	8.237
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	32.4	126	61
Reserva para geração de energia	32.4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	32.4	11.579	10.169
Fundo de expansão da sede social	32.4	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	32.4	688	428
		63.139	54.123

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2014	2013
Receita Operacional		90.457	69.795
Fornecimento de energia elétrica	33.1	45.615	36.403
Uso do sistema de distribuição	33.2	33.621	25.021
Receita de construção	33.3	4.959	3.682
Arrendamento e aluguéis	33.4	605	569
Doações, Contribuições e Subvenções	33.5	4.463	3.465
Serviços	33.6	1.194	655
(-) Deduções da receita operacional		19.244	14.739
ICMS	34.1	17.330	13.365
PIS-PASEP	34.1	87	65
COFINS	34.1	404	303
ISSQN	34.1	-	4
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	34.2	1.423	1.002
(=) Receita Operacional Líquida		71.213	55.056
(-) Custo do serviço de energia elétrica		65.923	51.971
Energia elétrica comprada para revenda	35	45.272	33.700
Encargo de uso do sistema de distribuição	36	3.113	2.486
Custo de operação		17.538	15.785
Pessoal e administradores	37	6.416	5.535
Material		901	727
Serviços de terceiros		2.996	3.088
Depreciação e amortização		2.118	2.369
Custo de Construções		4.959	3.682
Provisões		148	384
(=) Sobra Bruta		5.290	3.085
(-) Despesas operacionais		981	626
Despesas com vendas		10	39
Despesas gerais e administrativas		462	404
Outras despesas operacionais		509	183
(=) Resultado do serviço		4.309	2.459
(+/-) Receita (despesa/financeira)		(2.594)	(1.860)
Receita financeira	38	1.166	944
Despesa financeira	38	3.760	2.804
(=) Resultado operacional		1.715	599
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda		1.715	599
(-) Contribuição Social		0	0
(-) Imposto de Renda		0	0
(=) Sobras do exercício		1.715	599

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	75.492	14.965	90.457
Fornecimento de energia elétrica	39.452	6.163	45.615
Uso do sistema de distribuição	27.742	5.879	33.621
Receita de construção	4.289	670	4.959
Arrendamento e aluguéis	-	605	605
Doações, Contribuições e Subvenções	3.783	680	4.463
Serviços e outras receitas	226	968	1.194
(-) Deduções da Receita Operacional	15.650	3.594	19.244
ICMS	14.463	2.867	17.330
PIS-PASEP	-	87	87
COFINS	-	404	404
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	1.187	236	1.423
(=) Receita Operacional Líquida	59.842	11.371	71.213
(-) Custo do serviço de energia elétrica	55.018	10.905	65.923
Energia elétrica comprada para revenda	37.783	7.489	45.272
Encargo de uso do sistema de distribuição	2.598	515	3.113
Custo de operação	14.637	2.901	17.538
Pessoal e administradores	5.355	1.061	6.416
Material	752	149	901
Serviços de terceiros	2.500	496	2.996
Depreciação e amortização	1.768	350	2.118
Custo de Construção	4.139	820	4.959
Provisões	123	25	148
(=) Sobra Bruta	4.824	466	5.290
(-) Despesas operacionais	818	163	981
Despesas com vendas	8	2	10
Despesas gerais e administrativas	396	79	475
Outras despesas operacionais	414	82	496
(=) Resultado do serviço	4.006	303	4.309
(+/-) Receita (despesa/financeira)	(2.165)	(429)	(2.594)
Receita financeira	973	193	1.166
Despesa financeira	3.138	622	3.760
(=) Resultado operacional	1.841	(126)	1.715
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	1.841	(126)	1.715
(-) Contribuição Social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras do exercício	1.841	(126)	1.715



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2014	2013
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	1.715	599
(+/-) Resultado Abrangentes	249	623
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	126	221
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (associados)	123	402
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.964	1.222
RESULTADOS COM TERCEIROS	(102)	(149)
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	(126)	(221)
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não associados)	24	72
Base para Destinações Legais e Estatutárias	1.964	1.222
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	196	122
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	98	61
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	982	611
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	688	428



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro				Saldo à disposição da A.G.O	Total	
				Reservas de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos			Fundo de exp. Da sede social
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.306	873	10.821	8.263	1.148	48	9.223	371	335	32.388
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de quotas		20								20
Capital a integralizar										-
Realização de reservas e fundos			(883)			(48)			623	(308)
Aumento de reservas							335		(335)	-
Resultado do exercício (Associados)									820	820
Resultado do exercício (Não associados)				(148)					(221)	(369)
Destinações estatutárias										-
Fundo de reserva				122					(122)	-
FATES						61			(61)	-
Fundo exp. e mant. Sist. distr.							611		(611)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial			(6.579)							(6.579)
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.326	873	3.359	8.237	1.148	61	10.169	371	428	25.972
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de quotas		22								22
Capital a integralizar										-
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas e fundos			(748)			(33)			249	(532)
Aumento de reservas							428		(428)	-
Resultado do exercício (Associados)				(101)					1.841	1.740
Resultado do exercício (Não associados)									(126)	(126)
Destinações estatutárias										-
Fundo de reserva				196					(196)	-
FATES						98			(98)	-
Fundo exp. e mant. Sist. de distr.							982		(982)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Ajustes de avaliação patrimonial										-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.348	873	2.611	8.332	1.148	126	11.579	371	688	27.076

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2014	2013
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	1.715	599
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	2.507	2.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	389	212
Depreciação e amortização	2.118	2.369
Resultado ajustado do exercício	4.222	3.180
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(8.317)	525
Consumidores	(3.696)	691
Rendas a receber	(19)	17
Tributos a compensar	(145)	(133)
Outros créditos	(580)	(111)
Estoques	(8)	(115)
Prêmios de seguros	1	99
Serviço em curso	186	77
Doações, Contribuições e subvenções	(1.714)	-
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	(2.342)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais	7.158	(1.677)
Fornecedores	5.954	1.357
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	38	7
Tributos e contribuição social	(839)	(542)
Credores diversos	1.989	246
Obrigações estimadas	21	47
Encargos do consumidor a recolher	39	(295)
Outras contas a pagar	(249)	(34)
Pesquisa e Desenvolvimento, e Eficiência Energética	178	33
Provisão para contingências	(129)	82
Depósitos judiciais	(8)	(17)
Ativo indenizável (concessão)	(3.238)	(2.912)
Participação financeira do consumidor	411	351
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	2.991	-
Caixa oriundo das atividades operacionais	3.063	2.028
Atividades de investimento		
Aumento nos investimentos	(1)	15
Aplicações no intangível	(32)	6.567
Total das atividades de investimento	(33)	6.582
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	22	20
Reservas de capital	(33)	(48)
Ajuste de avaliação patrimonial	(601)	(6.989)
Empréstimos e financiamentos	(2.081)	(1.398)
Total das atividades de financiamento	(2.693)	(8.415)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	337	195
Saldo inicial de disponibilidades	926	731
Saldo final de disponibilidades	1.263	926
Varição no caixa e equivalentes de caixa	337	195

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do valor adicionado - DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de
2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2014	2013
Receitas	90.309	69.411
Venda de energia e serviços	45.927	36.403
Uso do sistema de distribuição	33.621	25.021
Receitas de Construção	4.959	3.682
Locação de Postes	605	569
Doações, contribuições e subvenções	4.463	3.465
Serviços e Outras Receitas	1.194	655
Receitas de ultrapassagens	(312)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(148)	(384)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	58.222	44.309
Insumos consumidos	48.385	36.186
Serviços de terceiros	2.996	3.088
Materiais	901	727
Custo de Construção	4.959	3.682
Outros	981	626
(=) Valor adicionado bruto	32.087	25.102
(-) Quotas de reintegração	2.118	2.369
Depreciação, amortização e exaustão	2.118	2.369
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	29.969	22.733
(+) Valor adicionado recebido em transferência	1.166	944
Receitas financeiras	1.166	944
(=) Valor adicionado total a distribuir	31.135	23.677
Distribuição do valor adicionado	31.135	23.677
Pessoal	5.543	4.727
Remuneração direta	4.234	3.618
Auxílio alimentação	440	324
Assistência médica/plano de saúde	237	190
Encargos sociais exceto INSS	551	530
Outros	81	65
Governo	20.117	15.547
Federal	2.787	2.178
INSS (folha de pagamento)	873	808
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
PIS/COFINS	491	368
Encargos do consumidor	1.423	1.002
Estadual	17.330	13.365
ICMS	17.330	13.365
Municipais	-	4
ISSQN	-	4
Remuneração de capital de terceiros	3.760	2.804
Outras despesas financeiras	3.760	2.804
Remuneração de capitais próprios	1.715	599
Sobra do exercício	1.715	599
Valor adicionado (médio) por empregado	335	263

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis.



Notas Explicativas



Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna, atendendo a 35.109 consumidores cativos e um consumidor parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os novos dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.



4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie e depósitos bancários disponíveis.

B) Aplicações no mercado aberto e títulos de valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

C) Consumidores a receber

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

E) Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

F) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das



discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão N° 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “15” e “24” respectivamente.

G) Investimentos

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações, estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1 de janeiro 2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

H) Concessão do Serviço Público (Ativo Indenizado)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado, e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2013, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento líquido negativo de R\$ 6.579 no imobilizado e respectivamente na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

I) Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.



A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

J) TAXAS REGULAMENTARES

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua Receita Operacional Líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria de consumo aos agentes de geração.

K) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.



b) Receita de Construção

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

L) Instrumentos Financeiros Não Derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. A empresa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.



M) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

N) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário Disponível	2014	2013
Caixa	41	2
Bancos	131	148
TOTAL	172	150

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2014	2013
Numerário	1.091	776
TOTAL	1.091	776

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6 CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2014	2013
Faturados	35.110	34.807
TOTAL	35.110	34.807

a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2014	2013	2014	2013
Residencial	2.479	798	417	3.694	(556)	(518)	3.138	2.083
Industrial	3.284	705	519	4.508	(1.391)	(1.340)	3.117	2.069
Comercial	1.292	271	274	1.837	(283)	(227)	1.554	895
Rural	557	238	98	893	(119)	(118)	774	591
Poder público	89	22	9	120	(7)	(8)	113	56
Iluminação pública	295	19	149	463	(151)	(169)	312	436

Continua



Conclusão

Serviço público	91	-	-	91	-	-	91	79
Renda não faturada	1.697	-	-	1.697	-	-	1.697	1.079
Subtotal - consumidores	9.784	2.053	1.466	13.303	(2.507)	(2.380)	10.796	7.288
Serviço taxado	28	21	19	68	-	-	68	48
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	517	53	454	1.024	-	-	1.024	1.024
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
Desconto TUSD cons. Livre	210	-	-	210	-	-	210	-
TOTAL - CIRCULANTE	10.539	2.127	1.951	14.617	(2.507)	(2.380)	12.110	8.372
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	169
Industrial	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.575

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

Foram realizadas ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa das faturas da empresa Coposul – Copos Plásticos do Sul Ltda, a qual está em processo de concordata. A Administração da concessionária entende que 50% dos valores devidos pela empresa são suficiente para cobrir possíveis perdas.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 431/2011 e nº 572/2013.

7 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2014	2013
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	111	98
Tarifa de correio	8	8
Acréscimo moratório	67	52
Atualização monetária	23	26
Renda de serviço de arrecadação	10	16
TOTAL	219	200



8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2014	2013
ICMS sobre o ativo imobilizado	96	128
ICMS (faturas cancelados)	321	193
Saldo negativo de CSLL	21	12
IRRF	50	47
Saldo negativo de IRPJ	25	12
TOTAL	513	392

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2014	2013
ICMS sobre ativo imobilizado	131	107
TOTAL	131	107

9 OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2014	2013
Empregados	54	42
Serviços prestados a terceiros	112	116
Equipamentos em poder de terceiros	111	50
Parcelamento	577	21
Cheques em cobrança	79	79
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	134	130
Cheques sem Custódia	8	8
Encargos Ex-Isolados	-	34
Outros	33	52
TOTAL	1.108	532

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2014	2013
Consórcio Nacional Volkswagen	4	-
Empregados	12	12
TOTAL	16	12



10 DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2014	2013
Subsidio – Eletrobrás	2.004	290
TOTAL	2.004	290

- **Subsidio – Eletrobrás** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº 1.775 de 12 de agosto de 2014.

11 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2014	2013
Provisão para devedores duvidosos	2.507	2.380
Provisão PCLD – outros Créditos	565	303
TOTAL	3.072	2.683

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Plano de ação para recuperação de receita de energia em atraso a mais de 90 dias extrajudicialmente, oferecendo desconto progressivos de multa, juros e correções monetárias de acordo com o número de parcelas solicitadas.

Parcelas por classes:

- Residência, Rural e Baixa Renda em até 12 parcelas.
- Industrial e Comercial em até 36 parcelas.
- Poder Público em até 12 parcelas.

12 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2014	2013
Almoxarifado em serviço	55	50
Adiantamento a fornecedores	107	104
TOTAL	162	154



13 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2014	2013
Serviços prestados a terceiros		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	177	72
Programa de Eficiência Energética – PEE	172	398
Serviços prestados a terceiros	56	56
Implantação da Resolução 367/2009	-	65
TOTAL	405	591

14 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2014	2013
Seguros de equipamentos	10	9
Seguros de prédios	-	2
Seguros de veículos	3	3
TOTAL	13	14

15 CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2014	2013
CVA-CDE	162	-
CVA-PROINFA	72	-
CVA-Compra de Energia	575	-
Ativo Regulatório	1.533	-
TOTAL	2.342	-

16 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2014	2013
Trabalhistas	35	27
TOTAL	35	27

17 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2014	2013
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	9	9
Unicred	3	3
Acicred	19	18
Cresdisulca	1	1
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
TOTAL	2.137	2.136



18 IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte

BENS

CONTAS	Saldo 2013	Imobiliz.	Desativações	(+/-)Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2014
Distribuição	47.054	4.008	(1.315)	-	-	49.747
Licença de software	3	1	-	-	-	4
Sistema de Gestão	341	-	-	-	-	341
Intangível – Serv. 69KV	300	-	-	-	-	300
Terrenos – LD 69 KV	49	-	-	-	-	49
Terrenos – SE 69/13,8 KV	250	-	-	-	-	250
Edif. Obras Civas e Benf. - SE	1.127	-	-	-	-	1.127
Máquinas e equipamentos	29.746	4.007	(1.315)	583	-	33.021
Maquinas e equip. – LD 69 KV	5.898	-	-	-	-	5.898
Maquinas e equip. – SE	1.200	-	-	-	-	1.200
Maquinas e equip. SE 69/13,8 KV	6.863	-	-	-	-	6.863
Veículos	1.227	-	-	(583)	-	644
Móveis e utensílios	41	-	-	-	-	41
Móveis e utensílios SE Rincão	8	-	-	-	-	8
Comercialização	3.217	14	(111)	-	-	3.120
Licença de software	15	2	-	-	-	17
Edif. Obras Civas e Benf.	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	2.888	11	(111)	-	-	2.788
Móveis e utensílios	88	1	-	-	-	89
Administração	1.271	18	-	-	-	1.289
Licença de software	147	3	-	-	-	150
Terrenos	53	-	-	-	-	53
Edif. Obras Civas e Benf.	563	-	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	246	12	-	-	-	258
Veículos	72	-	-	-	-	72
Móveis e utensílios	189	3	-	-	-	192
Atividades não vinculadas	-	1	-	-	-	1
Máquinas e equipamentos	-	1	-	-	-	1
TOTAL	51.541	4.041	(1.426)	-	-	54.156



DEPRECIACÃO

CONTAS	Saldo 2013	Depreciação	Desativações	(+/-) Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2014
Distribuição	(12.520)	(1.798)	662	-	-	13.656
Licença de software	(3)	-	-	-	-	(3)
Intangível – Serv. 69KV	-	-	-	-	-	-
Terrenos – LD 69 KV	-	-	-	-	-	-
Terrenos – SE 69/13,8 KV	-	-	-	-	-	-
Edif. Obras Civas e Benf. - SE	(78)	(39)	-	-	-	(117)
Máquinas e equipamentos	(10.721)	(1.178)	662	(475)	-	(11.712)
Maquinas e equip. – LD 69 KV	(384)	(192)	-	-	-	(576)
Maquinas e equip. – SE	(78)	(39)	-	-	-	(117)
Maquinas e equip. SE 69/13,8 KV	(506)	(253)	-	-	-	(759)
Veículos	(724)	(95)	-	475	-	(344)
Móveis e utensílios	(24)	(2)	-	-	-	(26)
Móveis e utensílios SE Rincão	(1)	-	-	-	-	(1)
Comercialização	(1.371)	(147)	85	-	-	(1.433)
Licença de software	(9)	(2)	-	-	-	(11)
Edif. Obras Civas e Benf.	(73)	(7)	-	-	-	(80)
Máquinas e equipamentos	(1.264)	(132)	85	-	-	(1.311)
Móveis e utensílios	(25)	(6)	-	-	-	(31)
Administração	(679)	(57)	-	-	-	(736)
Licença de software	(133)	(7)	-	-	-	(140)
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edif. Obras Civas e Benf.	(279)	(19)	-	-	-	(298)
Máquinas e equipamentos	(124)	(18)	-	-	-	(142)
Veículos	(66)	(3)	-	-	-	(69)
Móveis e utensílios	(77)	(10)	-	-	-	(87)
TOTAL	(14.569)	(2.002)	747	-	-	(15.825)

EM CURSO

CONTAS	Saldo 2013	Entradas	Saídas	(+/-) Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2014
Distribuição	784	9.049	(8.508)	-	-	1.325
Máquinas e equipamentos	182	5.038	(4.697)	-	-	523
Veículos	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Estudo e projetos	148	-	-	-	-	148
Material em deposito	454	4.011	(3.811)	-	-	654
Compra em andamento	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-
Compra em andamento	-	-	-	-	-	-
Administração	437	5	(5)	-	-	437
Intangíveis	11	5	(5)	-	-	11
Edif. Obras Civas e Benf.	426	-	-	-	-	426
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Material em deposito	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.221	9.054	(8.513)	-	-	1.762



AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

CONTAS	Saldo 2013	Entradas	Deprec.	(+/-)Transf.	Avaliação Compulsória	Saldo 2014
Distribuição	(1.937)	-	(536)	-	-	(2.473)
Licença de software	22	-	-	(20)	-	2
Licença de software	(2)	-	-	-	-	(2)
Terrenos	20	-	-	-	-	20
Edif. Obras Civas e Benf.	(663)	-	-	-	-	(663)
Edif. Obras Civas e Benf.	46	-	23	-	-	69
Máquinas e equipamentos	9.493	-	(1.284)	172	-	8.381
Maquinas e equip.	(10.883)	-	735	(161)	-	(10.309)
Veículos	271	-	-	(172)	-	99
Veículos	(247)	-	(10)	161	-	(96)
Móveis e utensílios	(2)	-	-	-	-	(2)
Móveis e utensílios SE Rincão	8	-	-	-	-	8
Intangível – servidões Perm. LD 69	-	-	-	20	-	20
Comercialização	1.444	-	(141)	-	-	1.303
Licença de software	6	-	-	-	-	6
Licença de software	(6)	-	-	-	-	(6)
Edif. Obras Civas e Benf.	(226)	-	-	-	-	(226)
Edif. Obras Civas e Benf.	73	-	7	-	-	80
Máquinas e equipamentos	2.868	-	(147)	-	-	2.721
Máquinas e equipamentos	(1.280)	-	-	-	-	(1.280)
Móveis e utensílios	13	-	-	-	-	13
Móveis e utensílios	(4)	-	(1)	-	-	(5)
Administração	2.079	-	(71)	-	-	2.008
Licença de software	97	-	-	-	-	97
Licença de software	(96)	-	(1)	-	-	(97)
Terrenos	1.443	-	-	-	-	1.443
Edif. Obras Civas e Benf.	1.951	-	-	-	-	1.951
Edif. Obras Civas e Benf.	(1.358)	-	(65)	-	-	(1.423)
Máquinas e equipamentos	170	-	-	-	-	170
Máquinas e equipamentos	(156)	-	-	-	-	(156)
Veículos	22	-	-	-	-	22
Veículos	(21)	-	(1)	-	-	(22)
Móveis e utensílios	128	-	-	-	-	128
Móveis e utensílios	(101)	-	(4)	-	-	(105)
TOTAL	1.586	-	(748)	-	-	838
TOTAL IMOBILIZADO	39.779	11.093	(9.940)	-	-	40.932

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguinte itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.



A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGIVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

18.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2014	2013
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	335	(53)	282	164
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(15)	124	128
Programa de Eficiência Energética	55	(5)	50	52
Pesquisa e Desenvolvimento	341	(17)	324	337
Participações e Doações	312	-	312	337
TOTAL	1.182	(90)	1.092	681

19 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2014	2013
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	11.030	5.154
Materiais e serviços	1.723	1.645
TOTAL	12.753	6.799



20 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2014	2013
Diretores	13	7
Empregados	163	151
Contribuição social	34	30
Pensões Judiciais descontadas	4	3
Sindicato	4	3
IRRF	36	25
Convênios/repasses descontados dos funcionários	28	25
TOTAL	282	244

21 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2014	2013
Circulante		
ICMS normal	-	1.402
ICMS parcelamentos	1.062	514
Imposto de renda	14	8
PIS a recolher	10	7
COFINS a recolher	44	32
ISS – Imposto Sobre Serviço	4	3
INSS empresa	73	70
INSS autônomos	6	7
FGTS	41	27
INSS prestadores de serviços	19	16
PIS	6	5
Contribuição social	2	2
Outros	(16)	11
TOTAL	1.265	2.104

22 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

22.1 CIRCULANTE

Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2014	2013
Caixa Econômica Federal	6060000101-41	3	1,80% am	30/07/2015	140	212
Acicred Assoc. Crédito	B10333097-4	2	0,6% a.m.+cdi	20/09/2014	-	250
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	182	191
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	1.155	1.210
Banco Itaú	25506884-3	3	1,59 a.m	13/02/2015	245	1.315
ACICRED Associação de Crédito (W1)			1,60 % a.m		900	900

Continua



Conclusão

Caixa Econômica Federal (W1)			4,27 % a.m		59	194
Banco Itaú (W1)			1,95 % a.m		370	668
Banco Itaú (W1)			6,40 % a.m		143	-
Bradesco S/A (W1)		3	1,88 % a.m		890	696
Banco Safra (W1)		3	5,96 % a.m		1.640	1.281
Banco Santander (W1)		3	1,78 % a.m		750	-
TOTAL					6.474	6.917

22.2 NÃO CIRCULANTE

NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2014	2013
Caixa Econômica Federal	-	3	1,8% a.m	30/07/2015	-	140
Banco Itaú	-	3	1,59 a.m	13/02/2015	-	245
Banco Reg. Desenv. Ext. BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	776	949
Banco Reg. Desenv. Ext. BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	4.923	6.003
TOTAL					5.699	7.337

Garantias

- 1 – Caução
- 2 – Aval
- 3 – Alienação fiduciária
- 4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

23 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2014	2013
Consumidores	190	179
Recursos Recebidos Eletrobrás – CDE	-	222
Créditos de ICMS	2.127	-
Outros créditos	201	128
TOTAL	2.518	529



24 CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2014	2013
CVA-Compra de Energia	82	-
Passivo Regulatório	2.909	-
TOTAL	2.991	

25 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2014	2013
Tributos e contribuições sociais	140	140
Folha de pagamento	365	344
TOTAL	505	484

26 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2014	2013
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	80	41
Quota de reserva global de reversão – RGR	-	-
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	-	-
Proinfa	-	-
TOTAL	80	41

27 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2014	2013
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	26	19
Pesquisa e desenvolvimento – MME	13	10
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	522	360
Programa de Eficiência Energética	1.093	1.087
TOTAL	1.654	1.476

28 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2014	2013
Encargos tarifários	48	48
Convênios	31	9
Taxa de fiscalização	8	11
Cosip	390	658
Outras	10	10
TOTAL	487	736



29 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

30 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Valor da Provisão		2014	Valor da Provisão		2013
Contingência	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais	-	-	-	-	-	-
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
Subtotal	-	1.295	-	-	1.295	-
	Valor da Provisão		2014	Valor da Provisão		2013
Contingência	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	(129)	60	35	82	189	27
Subtotal	(129)	60	35	82	189	27
Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(129)	1.355	35	82	1.484	27

30.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

30.2 Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamações cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1.143 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 189 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.



31 DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2014, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores	-	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		147
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		102
Sobras líquidas do exercício		1.715
Total das sobras		1.964
Resultado com associados		1.841
Resultado com não associados		(126)
Resultado do exercício		1.715
Base para destinações legais e estatutárias		1.964
Fundo de reserva legal	10%	196
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	98
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	982
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	-
Total das destinações estatutárias		1.276
Sobras à disposição da AGO		688

O resultado negativo de operações com terceiros são absorvidos pela reserva legal, conforme legislação vigente.

32 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.348, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscientos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2014	2013
Capital Subscrito	1.386	1.352
(-) Capital a Integralizar	(38)	(26)
TOTAL	1.348	1.326

32.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2014	2013
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873



32.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2014	2013
Ajuste de avaliação patrimonial	2.611	3.359
TOTAL	2.611	3.359

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	3.359
Bens baixados no período	(601))
Realização do AVP	(147))
Saldo Final	2.611

32.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2014	2013
Reserva legal	8.332	8.237
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	126	61
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	11.579	10.169
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	688	428
TOTAL	22.244	20.414

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 12 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral.”**

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.



33 RECEITA OPERACIONAL

33.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Consumidores						
Residencial	29.941	29.660	55.279	51.534	12.355	11.338
Industrial	193	212	93.025	87.324	22.729	16.613
Comercial	2.145	1.943	24.345	21.638	6.162	4.840
Rural	2.560	2.722	12.958	12.133	1.933	1.599
Poder público	245	243	1.577	1.368	372	295
Iluminação pública	04	05	11.039	9.885	1.217	1.151
Serviço público	15	15	2.741	2.558	581	467
Consumo próprio	07	07	145	127	-	-
Renda não faturada	-	-	-	-	368	100
Provisão redução da tarifa – TUSD	-	-	-	-	210	-
(-) Ultrapassagem de demanda e reativos	-	-	-	-	(312)	-
TOTAL	35.110	34.807	201.109	186.567	45.615	36.403

33.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2014	2013
Consumidores		
Residencial	12.799	9.142
Industrial	10.684	9.278
Consumidores Livres	28	43
Comercial	5.384	3.665
Rural	2.014	1.416
Poder público	376	243
Iluminação pública	1.718	911
Serviço público	369	301
Renda não faturada	249	22
TOTAL	33.621	25.021

33.3 Receita de construção

	Legislação Societária	
	2014	2013
Receita de construção	4.959	3.682
TOTAL	4.959	3.682

33.4 Arrendamentos e aluguéis

	Legislação Societária	
	2014	2013
Uso de redes compartilhado	605	569
TOTAL	605	569



33.5 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2014	2013
Recursos recebidos Eletrobrás - CDE	4.463	3.465
TOTAL	4.463	3.465

33.6 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2014	2013
Serviços Taxados	214	209
Renda da prestação de serviços	100	158
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	880	282
Outras receitas	-	6
TOTAL	1.194	655

34 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

34.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2014	2013
ICMS	17.330	13.365
PIS-PASEP	87	65
COFINS	404	303
ISSQN	-	4
TOTAL	17.821	13.737

34.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2014	2013
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	-	41
Programa de Eficiência Energética - PEE	326	246
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	549	607
Conta de Consumo de Combustível - CCC	35	127
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	326	255
CVA – Compra de Energia	187	(274)
TOTAL	1.423	1.002

35 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2014	2013	2014	2013
Celesc Distribuição S/A	216.906	204.319	42.272	33.700



36 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação Societária	
	2014	2013
Celesc Distribuição S/A	3.113	2.486

37 DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2014	2013
Remunerações (incluídos diretores R\$ 310)	3.859	3.410
Encargos sociais	1.352	1.324
Auxílio alimentação	481	364
Convênio assistencial e outros benefícios	260	214
Roupas profissionais	28	26
Seguros	17	15
Auxílio Transporte	2	2
Capacitação e treinamento	42	30
Provisões	948	801
(-) Transferência para ordens em curso	(573)	(651)
TOTAL	6.416	5.535

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoesusc.

38 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2014	2013
Receitas financeiras	1.166	944
(-) Despesas financeiras	3.760	2.804
TOTAL	(2.594)	(1.860)

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2014	2013
Receitas de aplicações financeiras	1	-
Juros recebidos	43	57
Encargos financeiros sobre energia	821	656
Outras – Receitas financeiras	262	224
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	39	7
TOTAL	1.166	944



Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2014	2013
Despesas bancárias	1.294	485
Outras despesas	75	162
Juros ICMS	363	577
Multa indicadores de continuidade	30	39
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	6	56
Multas moratórias	8	10
Multas compensatórias	100	-
Juros Fornecedores	613	50
Atualização Monetária	-	17
Juros sobre financiamentos	1.146	1.350
Despesas SELIC P&D e PEE	117	51
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	8	7
TOTAL	3.760	2.804

39 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2014	2013
Associados	75.492	59.179
Não associados	14.965	10.616
TOTAL DA RECEITA	90.457	69.795

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2014 foi negativo em R\$ (126), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

40 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

41 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários. Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Zurich Santander Brasil Seg. e Prev. S.A a todos os colaboradores.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante dentro da atividade profissional de cada colaborador e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.



Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa Ergo Medicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

42 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

43 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	02/04/2014 a 02/04/15 11/12/2014 a 11/12/2015	1.412
Equipamentos	05/11/2014 a 05/11/2015	1.569

44 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

45 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de reajuste tarifário IRT de agosto de 2015.

Jorge Rodrigues
Presidente em Exercício

Severiano Antônio Valentim
Secretário

Daniel Zanolli Vieira
Contador CRC SC.030661/O-7




PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA Nº 148 REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, Realizada aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sede da Cooperaliança, situada na Rua: Ipiranga, 333, centro, Içara – SC, CEP: 88820-000, estado de Santa Catarina, às 19h00min (dezenove) horas, os membros do conselho fiscal efetivos: Cléber Luiz Oliveira da Silva, Tiago Fogaça da Silva e Anderson da Silva Prudêncio e os suplentes: Ariosvaldo Borges, Gilmar Valmor Vieira e Alvaci da Silva Manoel no primeiro ato do dia o conselho fiscal da Cooperativa, se reuniu com o assessor jurídico Sr. Mário Cesar Serafim, bem como o contador da Cooperaliança Sr. Daniel Zanolli Vieira para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Demonstração das sobras, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, Relatório da diretoria e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e quatorze a trinta e um de dezembro do mesmo ano. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, declaramos que após exames detalhados dos documentos e trabalhos executados durante o ano de dois mil e quatorze, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da Cooperativa e ainda reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para seis de fevereiro de dois mil e quinze, cujo edital de convocação esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social, somos de parecer favorável no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar o coordenador do conselho fiscal Cléber Luiz Oliveira da Silva deu por encerrada a reunião da qual eu, Tiago Fogaça da Silva, secretário lavrei a presente ata, que após lida se aprovada será assinada por mim e demais membros do conselho fiscal.


Içara - SC, 02 de fevereiro de 2015.

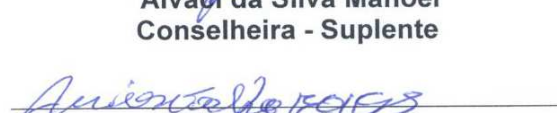

Cleber Luiz Oliveira da Silva
Coordenador


Anderson da Silva Prudêncio
Conselheiro – Efetivo


Gilmar Valmor Vieira
Conselheiro – Suplente


Tiago Fogaça da Silva
Secretário


Alvaci da Silva Manoel
Conselheira - Suplente


Ariosvaldo Borges
Conselheiro - Suplente



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ALIANÇA
Içara - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2014, as sobras de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Ênfase

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário - IRT. Desta forma, a Concessionária registrou em seu balanço societário, a partir da data de assinatura (10/12/2014) do Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 145/2002, os valores de Ativos e Passivos regulatórios. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.


Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Criciúma, 26 de janeiro de 2015.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O


JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638



Demonstrativos Contábeis Regulatórios



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

R\$ Mil	Nota de Ajustes	2014			2013		
		Societário	Ajustes Regulatório		Societário	Ajustes Regulatório	
			CPCs			CPCs	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		90.457	(6.048)	84.409	69.795	(3.875)	65.920
Fornecimento de Energia Elétrica	[9]	45.615	(210)	45.405	36.403	89	36.492
Receita de Construção	[8]	4.959	(4.959)	-	3.682	(3.682)	-
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		33.621	-	33.621	25.021	-	25.021
Outras Receitas Vinculadas	[9]	6.262	(879)	5.383	4.689	(282)	4.407
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(19.243)	51	(19.192)	(14.739)	(300)	(15.039)
Tributos e Encargos		(17.821)	-	(17.821)	(13.737)	-	(13.737)
Federais		(491)	-	(491)	(368)	-	(368)
Estaduais e Municipais		(17.330)	-	(17.330)	(13.369)	-	(13.369)
Encargos - Parcela "A"		(1.422)	51	(1.371)	(1.002)	(300)	(1.302)
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-	-	(41)	-	(41)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(326)	-	(326)	(246)	-	(246)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	[9]	(548)	(136)	(684)	(607)	(38)	(645)
Conta de Consumo de Combustíveis- CCC	[9]	(35)	-	(35)	(127)	12	(115)
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(326)	-	(326)	(255)	-	(255)
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)	[9]	(187)	187	-	274	(274)	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.		71.214	(5.997)	65.217	55.056	(4.175)	50.881
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		(48.589)	1.429	(47.160)	(36.124)	(2.131)	(38.255)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	[9]	(47.230)	1.382	(45.848)	(32.622)	(1.991)	(34.613)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	[9]	(1.155)	(81)	(1.236)	(1.078)	-	(1.078)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		-	-	-	(2.486)	-	(2.486)
Taxa de Fiscalização	[9]	(204)	128	(76)	62	(140)	(78)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		22.625	(4.568)	18.057	18.932	(6.306)	12.626
CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"		(18.316)	5.035	(13.281)	(16.473)	3.850	(12.623)
Pessoal		(6.105)	-	(6.105)	(5.219)	-	(5.219)
Administradores		(311)	-	(311)	(316)	-	(316)
Serviço de Terceiros		(2.996)	-	(2.996)	(3.088)	-	(3.088)
Material		(901)	-	(901)	(727)	-	(727)
Arrendamentos e Aluguéis		(50)	-	(50)	(33)	-	(33)
Tributos		(30)	-	(30)	(34)	-	(34)
Seguros		(24)	-	(24)	(50)	-	(50)
Outros	[9]	(670)	65	(605)	(583)	168	(415)
(-) Recuperação de Despesas		32	-	32	23	-	23
Doações, contribuições e Subvenções	[9]	(35)	11	(24)	(12)	-	(12)
Provisão Devedores Duvidosos		(18.066)	-	(18.066)	(611)	-	(611)
Reversão Provisão Devedores Duvidosos		17.789	-	17.789	309	-	309
Provisão - Outras		129	-	129	(82)	-	(82)
Depreciação		-	(2.119)	(2.119)	-	(2.368)	(2.368)
Custo de Construções	[8]	(4.959)	4.959	-	(3.682)	3.682	-
Amortização		(2.119)	2.119	-	(2.368)	2.368	-
Despesa da Atividade Não Vinculada		-	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		4.309	467	4.776	2.459	(2.456)	3



RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		(2.594)	803	(1.791)	(1.859)	114	(1.745)
Receita Financeira		1.166	-	1.166	945	-	945
Despesa Financeira		(3.760)	-	(3.760)	(2.804)	-	(2.804)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Não Operacional	[9]	-	803	803	-	114	114
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL		1.715	1.270	2.985	599	(2.342)	(1.743)
Imposto de Renda		-	-	-	-	-	-
Contribuição Social		-	-	-	-	-	-
Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada		-	-	-	-	-	-
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO)	[9]	1.715	1.270	2.985	599	(2.342)	(1.743)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações



Notas Explicativas aos Ajustes das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS AOS AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REGULATÓRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. Desta forma, a Concessionária registrou, a partir da data de assinatura (10/12/2014) do Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 145/2002, em seu balanço societário, os valores de Ativos e Passivos regulatórios.

Desta forma, as diferenças e ajustes (ativo e passivo) anteriormente controladas em separado nas contabilidades societária e regulatória, foram anuladas, gerando o ajuste de R\$ 1,27 milhões na Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício conforme demonstrado na Nota [8].

[1] CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2014	2013	2014	2013
Residencial	2.479	798	417	3.694	(556)	(518)	3.138	2.083
Industrial	3.284	705	519	4.508	(1.391)	(1.340)	3.117	2.069
Comercial	1.292	271	274	1.837	(283)	(227)	1.554	895
Rural	557	238	98	893	(119)	(118)	774	591
Poder público	89	22	9	120	(7)	(8)	113	56
Iluminação pública	295	19	149	463	(151)	(169)	312	436
Serviço público	91	-	-	91	-	-	91	79
Renda não faturada	1.697	-	-	1.697	-	-	1.697	1.079
Provisão tarifa TUSD	210	-	-	210	-	-	210	209
Provisão outros créditos	-	-	-	-	(565)	(303)	(565)	(303)
Subtotal - consumidores	9.994	2.053	1.466	13.513	(3.072)	(2.683)	10.441	7.194
Serviço taxado	28	21	19	68	-	-	68	48
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	517	53	454	1.024	-	-	1.024	1.024
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
TOTAL - CIRCULANTE	10.539	2.127	1.951	14.617	(3.072)	(2.683)	11.545	8.278
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	169
Industrial	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	1.406	-	-	1.406	-	-	1.406	1.575

Esta nota demonstra a composição da conta de “consumidores, concessionárias e permissionárias, não tendo ajustes entre societária e regulatória”.



[2] DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	-	-	-	211	-	211
Revisão tarifária	-	-	-	639	2.885	3.524
Pagamento antecipado- Proinfa	-	-	-	-	-	-
Subs. Baixa renda - perdas	-	-	-	-	-	-
Neutralidade dos enc. setoriais	-	-	-	-	-	-
Diferenças PLPT	-	-	-	-	-	-
Outros Comp. Financeiros	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	850	2.885	3.735

Em razão da assinatura do aditivo de contrato de concessão nº 145/2002, a concessionária não possui ajustes entre as "despesas pagas antecipadamente" no balanço societário e no balanço regulatório. Ou seja, a composição do saldo societário é igual a composição do saldo regulatório.

[3] ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (SOCIETÁRIO)

	Custo Histórico	
	2014	2013
	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	25.717	22.485
Intangível	642	641
Máquinas e equipamentos	24.780	21.477
Veículos	276	348
Móveis e utensílios	19	19
Comercialização	1.168	1.178
Intangível	4	3
Edificações, obras civis e benfeitorias	324	324
Máquinas e equipamentos	784	797
Móveis e utensílios	56	54
Administração	2.856	2.840
Intangível	12	10
Terrenos	2.132	2.132
Edificações, obras civis e benfeitorias	441	441
Máquinas e equipamentos	90	79
Veículos	1	1
Móveis e utensílios	180	177
SUBTOTAL	29.741	26.503

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.



Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[4] IMOBILIZADO

	Saldo 2013	Adições	Desativações	Ajustes 367	Saldo 2014
Bens	51.540	4.041	(1.426)	-	54.155
Depreciação	(14.570)	(2.003)	747	-	(15.826)
Em Curso	1.222	12.654	(12.113)	-	1.763
Ajuste Avaliação Patrimonial	1.587	-	(747)*	-	840
Total Imobilizado	39.780	14.692	(13.539)	-	40.932
(-) Particip. Financeira Consumidor	(681)	(411)	-	-	(1.092)
Total Líquido + Intangível	39.099	14.281	(13.539)	-	39.840

*Depreciação do Ajuste de avaliação patrimonial.

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

<u>Classificação conforme concessão</u>	2014	2013
Ativo financeiro indenizável (nota 3)	29.741	26.503
Imobilizado	0,00	0,00
Intangível (nota 5)	10.099	12.596
Total	39.840	39.099

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[5] INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:



REGULATÓRIO

Descrição	Valor Líquido	
	2014	2013
Licenças de softwares	689	354
	689	354

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[6] PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A" CVA	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária	-	-	-	-	-	-
Desc. TUSD e irrigação	-	-	-	-	-	-
Reajuste Tarifário	-	-	-	2.329	2.885	5.214
Sobre contratação	-	-	-	-	-	-
Sub. baixa renda – ganhos	-	-	-	-	-	-
Neut. dos enc. Setoriais	-	-	-	-	-	-
Outros Comp. Financeiros	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	2.329	2.885	5.214

Em razão da assinatura do aditivo de contrato de concessão nº 145/2002, a concessionária não possui ajustes entre os "passivos regulatórios" no balanço societário e no balanço regulatório. Ou seja, a composição do saldo societário é igual a composição do saldo regulatório.

[7] RESERVAS DE SOBRAS

Os ajustes/estornos dos saldos de ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

Desta forma, as sobras societária e regulatória obtiveram resultados diferentes ao final do período de 2014 e 2013. Conforme segue:



	31/12/2014	
	Balanco Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	1.715	2.985
Realização avaliação patrimonial	147	147
Conciliação (estorno saldos Ativos e Passivos regulatórios)	1.270	
TOTAL	3.132	3.132

	31/12/2013	
	Balanco Patrimonial	
	Societário	Regulatório
Sobras do exercício	599	(1.743)
Realização avaliação patrimonial	474	474
Conciliação (estorno saldos Ativos e Passivos regulatórios)	(2.342)	
TOTAL	1.269	1.269

A diferença entre o patrimônio Líquido Societário e regulatório em 31/12/2014 possuem as seguintes origens:

Patrimônio Societário		27.076
Efeitos dos ajustes entre societário e regulatório	2014	1.270
Efeitos dos ajustes entre societário e regulatório	2013	(2.342)
Efeitos dos ajustes entre societário e regulatório	2012	140
Efeitos dos ajustes entre societário e regulatório	2011	932
Patrimônio Regulatório		27.076

[8] RECEITA DE CONSTRUÇÃO

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

[9] AJUSTES DOS ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

A conciliação no valor líquido de R\$ 1.270 mil reais refere-se aos ajustes dos ativos e passivos regulatórios nos registros contábeis societários, conforme descrito:



	2014	2013
Descrição	R\$ mil	R\$ mil
Fornecimento de energia	(210)	-
Conta de consumo de combustível - CCC	187	(4)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	38	(152)
Proinfa	(81)	(10)
Compra de energia elétrica para revenda	1.382	(2.265)
Taxa de fiscalização	(46)	-
Outras despesas	-	-
Provisão Redução da tarifa TUSD – Cons. Livre	-	89
TOTAL	1.270	(2.342)

A partir da data de assinatura (10/12/2014) do Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 145/2002, a Concessionária registrou em seu balanço societário, os valores de Ativos e Passivos regulatórios com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT.

[10] RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Foram reclassificados para outras despesas (615.xx.x.x.99 – R\$ 89 mil reais) e Diversas receitas (611.xx.x.x.19 – R\$ (892 mil reais) os valores registrados (R\$ 803 mil reais) como despesas e receitas não operacionais, em decorrência das novas normas contábeis (Lei 11.638/07 e MP 449/08).



Informações Complementares
Balanço Social 2014



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

BALANÇO SOCIAL – 2014

Nosso negócio é distribuir energia elétrica. A busca pela melhoria contínua no que tange a distribuição de energia e atendimento ao associado e consumidor é merecedora de toda a nossa atenção. Focamos no melhor. O nosso compromisso é com o melhor.

As ações que permeiam a Cooperaliança são transparentes, e nossos investimentos dão conta do quanto nos esforçamos para manter, e aprimorar, a qualidade dos nossos serviços. Com o crescimento nos índices de satisfação do consumidor temos a ânsia de elevar ainda mais estes números. A satisfação do consumidor é a nossa energia.

Nossas redes, nossos projetos, sistemas, atendimentos, e a forma como lidamos com o nosso público alvo (interno, e externo) é a nossa maneira de reforçar o nosso compromisso com a qualidade, ética e transparência diante das adversidades do setor elétrico no país. Não nos abatemos quando o assunto é a qualidade.

Entregamos pra vocês, associado e consumidor, este relatório completo da nossa administração,

ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE

Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, nos projetos de ampliação do sistema elétrico com os cuidados com a preservação do meio ambiente.

Nos últimos anos, a concessionária deu continuidade ao programa de deslocamento de redes rurais para margens das rodovias, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta e facilitando a manutenção no sistema de distribuição de energia elétrica

Redes Protegidas ou Linha Verde - Redes Protegidas, ou Linha Verde, é o sistema de rede de distribuição isolada para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio isolados. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 40 Km de rede protegidas em sua área de concessão.

FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

Doações – O Estatuto Social da concessionária, em seu art. 46º, obriga a cooperativa constituir o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício com associados e o resultado das operações com não associados em sua totalidade. No exercício de 2014, o valor de R\$ 61.121,03 (sessenta e um mil cento e vinte e um reais e três centavos), ficou a disposição do conselho de administração para atendimento social em sua área de concessão. E também através do programa fundo social distribuído o valor de R\$ 24.245,05 (vinte e quatro mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos), a pessoas carentes situadas na área de concessão da concessionária.



PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica – P&D, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000, Lei nº 10.438/2002, Lei nº 10.848/2004, Lei nº 11.465/2007 e Lei nº 12.212/2010.

A legislação pertinente ao assunto determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 504/2012 da ANEEL aprovou o novo Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e alterou a Resolução Normativa nº 316/2008 da ANEEL que estabelece as demais providências relativas ao Programa de P&D.

Um dos objetivos do Programa de P&D é a elaboração de projetos pautados pela busca de inovações, para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica.

Entre os anos 2010 e 2013, a COOPERALIANÇA, em parceria com outras Concessionárias e Cooperativas, participou do projeto denominado **“Sistema Híbrido de Detecção e Localização de Falhas Permanentes em Sistemas de Distribuição Urbanos e Rurais: Desenvolvimento Metodológico, Implementação e Projeto Piloto”**.

A COOPERALIANÇA investiu neste projeto, o valor total de R\$ 340.780,91 (trezentos e quarenta mil e setecentos e oitenta reais e noventa e um centavos).

Desde o ano de 2012, a COOPERALIANÇA, também em parceria com outras Concessionárias e Cooperativas, está participando do projeto denominado **“Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas”**.

O valor total investido pela COOPERALIANÇA, neste projeto, que será desenvolvido até mês de janeiro de 2015, e de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais).

A COOPERALIANÇA agora está participando em parceria com outras COOPERATIVAS do estado de Santa Catarina do projeto intitulado **“Metodologia para otimização multicritério e dinâmica de sistemas rurais de distribuição, considerando custos operacionais e investimentos em novos elementos de redes inteligentes sob critérios técnicos e regulatórios”**.

O valor total da participação da COOPERALIANÇA neste projeto, que será desenvolvido até o ano de 2016 será de R\$ 197.106,78 (cento e noventa e sete mil, cento seis reais e setenta e oito centavos).

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa seu Programa de Eficiência Energética – PEE, em atendimento à cláusula do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica, a Lei nº 9.991/2000 e a Lei nº 12.212/2010.

A legislação pertinente ao assunto determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da sua Receita Operacional Líquida – ROL em Programas de Eficiência Energética – PEE, segundo regulamentos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 556 de 18/06/2013 da ANEEL, aprovou os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, que é um guia determinativo de procedimentos dirigidos às distribuidoras, para elaboração e execução de projetos de eficiência energética regulados pela ANEEL.

O objetivo do Programa de Eficiência Energética – PEE é promover o uso eficiente e racional de energia elétrica em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade



econômica de ações de combate ao desperdício e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia.

Em 2014, a COOPERALIANÇA iniciou fisicamente o projeto de eficiência energética que segue:

Projeto, denominado "Eficiência Energética em Consumidores com TSEE e Consumidores com Baixa Renda – 2014/2015" foi elaborado e será executado para atendimento de consumidores com Tarifa Social de Energia Elétrica, conforme a Lei nº 12.212/2010 e atendimento a comunidades de baixa renda.

O projeto baseou-se na doação de lâmpadas fluorescentes compactas para substituição de lâmpadas incandescentes de 60W e 100W, sendo que serão distribuídas e instaladas 1.800 unidades de lâmpadas fluorescentes compactas de 20W/220V, com Selo PROCEL/INMETRO; na doação de refrigeradores (de uma porta) novos e eficientes, em substituição de refrigeradores velhos ou em péssimo estado de conservação, sendo que serão distribuídos 150 refrigeradores possuidores do Selo PROCEL/INMETRO, categoria "A"; e na conscientização dos consumidores quanto ao uso seguro e racional da energia elétrica, através do repasse de orientações e entrega de folders e cartilhas. Também serão realizadas reformas em 30 padrões de entrada de energia elétrica.

A COOPERALIANÇA vai investir nesse projeto, até 31/12/2015, o valor de R\$ 288.460,00 (duzentos e oitenta e oito mil e quatrocentos e sessenta reais).

Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou em 29 de março de 2011 a resolução normativa nº 431, que regulamenta juntamente com a Resolução 414/2010 a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda, conforme determina a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010.

Atualmente para ter acesso ao desconto na conta de luz, é necessário que a família atenda a um dos seguintes critérios:

- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sócios do Governo Federal (CadÚnico), e com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ Salário mínimo por pessoa e que possua NIS; ou
- Usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC): Idoso a partir de 65 anos ou portadores de necessidades especiais amparados por Lei e com renda familiar de até $\frac{1}{4}$ do Salário mínimo por pessoa com Número de Identificação do Trabalhador (NIT) / Número do Benefício (NB); ou
- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sócios do Governo Federal (CadÚnico), com portadores de doenças que fazem uso continuado de aparelhos elétricos para preservação da vida com renda familiar de até 3(três) Salários Mínimos, que tenham NIS e obrigatoriamente comprovar o uso continuado de equipamentos; ou
- Índios com Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e NIS, e Quilombolas com NIS.

O desconto é progressivo, diferenciado conforme a faixa de consumo, variando de 10% á 65% até o limite de 220kW/h.

Programa de estagiários - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. No ano de 2014 foi contemplado 08 estagiário.



DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2014

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

			2014		2013	
			R\$ mil		R\$ mil	
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			71.213			55.056
Sobra Operacional (SO)			4.309			2.459
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			6.416			5.535
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	481	7,50	0,68	364	6,58	0,66
Encargos sociais compulsórios INSS/FGTS	2.300	35,85	3,23	2.125	38,39	3,86
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	260	4,05	0,36	214	3,87	0,39
Seguro de vida	17	0,26	0,02	15	0,27	0,03
Capacitação e treinamento	42	0,65	0,06	30	0,54	0,05
Roupas Profissionais e transporte	30	0,47	0,04	28	0,51	0,05
TOTAL	3.130	48,78	4,39	2.776	50,15	5,04
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Esporte	24	0,56	0,03	12	0,49	0,02
Doações e contribuições	57	1,32	0,08	68	2,77	0,12
Total de contribuições para a sociedade	81	1,88	0,11	80	3,25	0,15
Tributos - excluídos encargos sociais	17.821	413,58	25,03	13.737	558,64	24,95
Tributo - ICMS	17.330	402,18	24,34	13.365	543,51	24,28
Tributo - PIS	87	2,02	0,12	65	2,64	0,12
Tributo - COFINS	404	9,38	0,57	303	12,32	0,55
Tributo - ISSQN	-	-	-	4	0,16	0,01
TOTAL	17.902	415,46	25,14	13.817	561,90	25,10
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	326	7,57	0,46	255	10,37	0,46
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	326	7,57	0,46	246	10,00	0,45
TOTAL	652	15,14	0,92	501	20,37	0,91



DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2014

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

	2014	2013
	Em unidades	Em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	93	90
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	31	27
2º grau	44	40
1º grau	18	23
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	19	18
De 30 até 45 anos (exclusive)	40	41
Acima de 45 anos	34	31
Admissões durante o período	4	15
Mulheres que trabalham na empresa	22	21
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres		-
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes		-
Negros que trabalham na empresa		-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros		-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes		-
Portadores de deficiência física		-
Dependentes	118	114
Estagiários	8	1
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8.960,73	8.220,86
Acidentes de trabalho	0	1
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2014 e 2013 foram:	Conselho de Administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Assembleia Geral	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Cipa	



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente em Exercício da COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia **06 de fevereiro de 2015**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta Cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social, às **17horas**, em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18 horas**, em segunda convocação, com a presença de metade mais um (1) de seus associados, ou, às **19 horas**, em terceira, e última, convocação, com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2014, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício.
- 3) Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, período 2015/2018, Conselho Fiscal período 2015 e Delegados Representantes junto à FECOERUSC período 2015/2018.
- 4) Fixação de Pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de Investimentos para o exercício de 2015.
- 6) Plano de aplicação dos recursos do FATES.
- 7) Autorização para venda dos seguintes bens do Ativo Imobilizado:
 - a) Um veículo CAR/CAMINHÃO/MEC.OPER da marca Volkswagen, 15.180 EURO3 WORKER,Diesel, ano e modelo 2006/2006 de placas MDF 3264, e Chassi de nº 9BWW172826R624743;
 - b) Um veículo PAS/AUTOMÓVEL da marca Volkswagen, Polo Sedan 1.6, ALCO/GASOL, ano e modelo 2008/2008 de placas MFJ 8984 e Chassi de nº 9BWJBO9N68P053274;
 - c) Um veículo PAS AUTOMÓVEL da marca Fiat, Uno Mille Way Econ. ALCO/GASOL, Ano e modelo 2009/2010 de placas MHP 6415 e Chassi de nº 9BD15804AA6348348;
 - d) Um veículo PAS/AUTOMÓVEL da marca Fiat, Uno Mille Way Econ. ALCO/GASOL, ano e modelo 2009/2010 de placas MHP 6435 e Chassi de nº 9BD15804AA6348401;
 - e) Um veículo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA da marca Fiat/Strada Fire Flex, ano e modelo 2010/2011 de placas MHS 2768 e Chassi de nº 9BD27803MB7331052;
 - f) Um veículo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA da marca Fiat, /Strada Fire Flex, ano e modelo 2010/2011 de placas MHS 2818 e Chassi de nº 9BD27803MB7323919;
 - g) Um veículo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA da marca Fiat, /Strada Fire Flex, ano e modelo 2010/2011 de placas MHQ 9198 e Chassi de nº 9BD27803MB7323923;
 - h) Um veículo ESP/CAMINHÃO/AB/MO/CS da marca Volkswagen, 17.180 EURO3 WORKER,Diesel, ano e modelo 2010/2011 de placas MJH 0759 e Chassi de nº 9533182T6BR111081;
 - i) Um veículo CAR/CAMINHONETE/MEC. OPER. da marca Bramont/Mahindra HWKCS34, Diesel, ano e modelo 2013/2013 de placas MLD 8845 e Chassi de nº 94RAM34H6DM002895;
 - j) Um veículo CAR/CAMINHONETE/MEC. OPER. da marca Bramont/Mahindra HWKCS34, Diesel, ano e modelo 2013/2013 de placas MLD 8835 e Chassi de nº 94RAM34H6DM002903.
- 8) Assuntos gerais.



Observações:

- a) Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 35.012 associados.
- b) A Assembleia Geral Ordinária permanecerá em aberto e se prolongará até dia **07 de fevereiro de 2015**, (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes no item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas do dia 07 de fevereiro de 2015 e se encerrarão às 17:00 horas do mesmo dia.
- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito à Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto.
- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Delegados Representantes junto à FECOERUSC, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral da Cooperaliança até as 18:00 horas do dia 27 de janeiro de 2015.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **27 de janeiro de 2015**, na sede Social e através da internet no site www.cooperalianca.com.br.
- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal.
- j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **06 de fevereiro de 2015** deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretariada **assembleia/eleição**.
- l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **07 de fevereiro de 2015** não habilitam a exercer direito de voto.

Içara, SC, 16 de janeiro de 2015.

JORGE RODRIGUES
Presidente em Exercício.



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

CNPJ: 83.647.990/0001-81
NIRE: 42.4.0000375-3

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, realizada aos 06 (seis) dias do mês de fevereiro do ano de 2.015 (dois mil e quinze), nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta cidade de Içara, SC, em terceira e última convocação, às 19:00 (dezenove) horas, com a presença, na abertura da assembleia, de 127 (cento e vinte e sete) associados em condições de votar, conforme assinaturas apostas nos livros de presença, cumprindo-se, portanto, o número mínimo de dez associados exigido pelo art. 21, alínea “c”, do Estatuto Social. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: O Presidente em exercício da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no dia **06 de fevereiro de 2015**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social–, às **17 horas**, em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18 horas**, em segunda convocação, com a presença de metade mais 01 (hum) de seus associados, ou, às **19 horas**, em terceira, e última, convocação, com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: 1)** Prestação de contas do Conselho de administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2014, compreendendo: **a)** Relatório da Gestão; **b)** Balanço Patrimonial; **c)** Demonstrativo das sobras apuradas no exercício; **d)** Parecer do Conselho Fiscal. **2)** Destinação das sobras apuradas no exercício. **3)** Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, período 2015/2018, Conselho Fiscal período 2015 e Delegados Representantes junto à FECOERUSC período 2015/2018. **4)** Fixação de Pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. **5)** Plano de Investimentos para o exercício de 2015. **6)** Plano de aplicação dos recursos do FATES. **7)** Autorização para venda dos seguintes bens do Ativo Imobilizado: **a)** Um veículo CAR/CAMINHÃO/MEC.OPER da marca Volkswagen, 15.180 EURO3 WORKER, Diesel, ano e modelo 2006/2006 de placas MDF 3264, e Chassi de nº 9BWW172826R624743; **b)** Um veículo PAS/AUTOMÓVEL da marca Volkswagen, Polo Sedan 1.6, ALCO/GASOL, ano e modelo 2008/2008 de placas MFJ 8984 e Chassi de nº 9BWJBO9N68P053274; **c)** Um veículo PAS AUTOMÓVEL da marca Fiat, Uno Mille Way Econ. ALCO/GASOL, Ano e modelo 2009/2010 de placas MHP 6415 e Chassi de nº 9BD15804AA6348348; **d)** Um veículo PAS/AUTOMÓVEL da marca Fiat, Uno Mille Way Econ. ALCO/GASOL, ano e modelo 2009/2010 de placas MHP 6435 e Chassi de nº 9BD15804AA6348401; **e)** Um veículo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA da marca Fiat/Strada Fire Flex, ano e modelo 2010/2011 de placas MHS 2768 e Chassi de nº 9BD27803MB7331052; **f)** Um veículo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA da marca Fiat, /Strada Fire Flex, ano e modelo 2010/2011 de placas MHS 2818 e Chassi de nº 9BD27803MB7323919; **g)** Um veículo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA da marca Fiat, /Strada Fire Flex, ano e modelo 2010/2011 de placas MHQ 9198 e Chassi de nº 9BD27803MB7323923; **h)** Um veículo ESP/CAMINHÃO/AB/MO/CS da marca Volkswagen, 17.180 EURO3 WORKER, Diesel, ano e modelo 2010/2011 de placas MJH 0759 e Chassi de nº 9533182T6BR111081; **i)** Um veículo CAR/CAMINHONETE/MEC. OPER. da marca Bramont/Mahindra HWKCS34, Diesel, ano e modelo 2013/2013 de placas MLD 8845 e Chassi de nº 94RAM34H6DM002895; **j)** Um veículo CAR/CAMINHONETE/MEC. OPER. da marca Bramont/Mahindra HWKCS34, Diesel, ano e modelo 2013/2013 de placas MLD 8835 e Chassi de nº 94RAM34H6DM002903. **8)** Assuntos gerais. **Observações:** **a)** Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 35.012 (trinta e cinco mil e doze associados). **b)** A Assembleia Geral Ordinária permanecerá em aberto e se prolongará até dia **07 de fevereiro de 2015**, (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. **c)** As eleições constantes no item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas do dia 07 de fevereiro de 2015 e se encerrarão às 17:00 horas do mesmo dia. **d)** A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito à Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto. **e)** Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e Delegados Representantes junto à FECOERUSC, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral da Cooperaliança até as 18:00 horas do dia 27 de janeiro de 2015. **f)** As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. **g)** Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **27 de janeiro de 2015**, na sede Social e através da internet no site www.cooperalianca.com.br. **h)** Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. **i)** As pessoas jurídicas associadas, para



exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal. **j)** As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. **k)** Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **06 de fevereiro de 2015** deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição. l)** Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **07 de fevereiro de 2015** não habilitam a exercer direito de voto. **Içara SC, 16, de janeiro, de 2015, JORGE RODRIGUES, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO.** Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o Presidente em exercício Jorge Rodrigues cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os membros do conselho de administração os Srs. Juscelino Dagostim, Silvio João Viana, Hilário Dal Molin, Cláudio Blissari e o secretário do Conselho de Administração Severiano Antônio Valentim, Pedro Luiz da Luz, Cleber Luiz Oliveira da Silva, e Tiago Fogaça da Silva, Coordenador e secretário do Conselho Fiscal, respectivamente. Reginaldo de Jesus Gerente Administrativo, Sr. Valdemar Venturi, representando a FECOERUS, Dr. Gilson Flores, representando a OCESC. Logo após o presidente solicitou a assembleia a aprovação do nome do Sr. Reginaldo de Jesus para orientar e assessorar os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta ata. Também foram apresentados, exemplar da carta circular expedida aos associados e exemplares dos seguintes jornais, comprovando a divulgação prevista no estatuto social: Diário de Notícias, edição nº 1.043, de 16 de janeiro de 2015, Jornal Gazeta, edição nº 947 de 16 de janeiro de 2015, Jornal Içarense, edição nº 2.889 de 16 de janeiro de 2015, Jornal da Manhã, edição nº 9.263 de 16 de janeiro de 2015. Jornal a Tribuna, edição nº 2.897 de 16 de janeiro de 2015. Dando sequência aos trabalhos acordado com Art. 26 §1º do estatuto social foi posto em votação e aprovação a regra de votação da assembleia, na qual foi aprovado por unanimidade que as votações fossem realizadas à descoberta. Em seguida, foi feita a leitura do **ITEM PRIMEIRO** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o Presidente convidou o Sr. Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Sr. Daniel Vieira, Contador. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, logo após o Sr. Ivan Rzatki fez a leitura do parecer da auditoria independente, opinando sobre as demonstrações contábeis referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA ALIANÇA, em 31 de dezembro de 2014, as sobras de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Em seguida o Sr. Cleber Luiz Oliveira da Silva, Coordenador do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do conselho fiscal referente às contas apresentadas, no qual opinou favoravelmente pela aprovação das mesas, logo após o presidente solicitou a assembleia aprovação de um sócio presente para presidir a votação deste item, a assembleia aprovou o nome do associado Eduardo Zacarias, que, assumindo a presidência da mesma, colocou em discussão a matéria, não havendo manifestações, o Presidente em exercício da Assembleia colocou em votação, as contas do exercício de 2014, que foram aprovadas por unanimidade. Após, no **ITEM SEGUNDO** da ordem do dia, referente à destinação das sobras do exercício de 2014 (dois mil e quatorze) assim compostas bases para destinações legais e estatutárias R\$ 1.964.722,79 (hum milhão novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos), Reserva Legal R\$ 196.472,28 (cento e noventa e seis mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e oito centavos), FATES R\$ 98.236,14 (noventa e oito mil duzentos e trinta e seis reais e quatorze centavos), e o fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição R\$ 982.361,40 (novecentos e oitenta e dois mil trezentos e sessenta e hum reais e quarenta centavos), e as sobras líquidas de R\$ 687.652,98 (seiscentos e oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta e dois reais e oito centavos), a disposição da assembleia foram destinadas, por unanimidade ao fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição. Dando-se continuidade à assembleia, foi feita a leitura do **TERCEIRO, ITEM** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho de Administração período 2015 a 2018, Conselho Fiscal período 2015 e Delegados para o período de 2015 e 2018. Informou-se à Assembleia que houve a apresentação de uma única chapa Única. Feita a leitura da chapa única inscrita a concorrer às eleições, foi lembrado aos associados que a votação ocorrerá no dia 07 de fevereiro de 2015, das 08:00 às 17:00 horas, nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta cidade de Içara, SC, sendo os eleitos empossados logo após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no edital de convocação. Em seguida, foi feita a leitura do **QUARTO ITEM** da ordem do dia que se refere à fixação do pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FECOERUSC. Para presidir a votação desta matéria, mais uma vez foi levado à votação da assembleia o nome do associado Eduardo Zacarias, que aprovado por unanimidade conduziu a mesma, levando a matéria em discussão a assembleia sugerido que o pro-labore para o exercício da presidência será de **a)** R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais); **b)** R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) para a cédula de presença por comparecimento às reuniões mensais dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados junto à FECOERUSC. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi feita a leitura do **QUINTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano



de investimentos para o exercício de 2.015 (dois mil e quinze). O engenheiro Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.014 (dois mil e quatorze) e que prevê a aplicação de R\$ 1.610.000,00 (um milhão seiscentos e dez mil reais), esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por unanimidade. Logo após foi lido o **SEXTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do **FATES**. foi sugerido e aprovado por unanimidade que sejam destinados 50% para a Fundação Social Hospitalar de Içara - Hospital São Donato, compondo assim o valor exato de R\$ 49.118,07 (quarenta e nove mil cento e dezoito reais e sete centavos) e 50% dos mesmos para o Conselho de Administração para atendimento social, compreendido ao valor exato de R\$ 49.118,07 (quarenta e nove mil cento e dezoito reais e sete centavos). Totalizando assim, os recursos do FATES em R\$ 98.236,14 (noventa e oito mil duzentos e trinta e seis reais e quatorze centavos). Logo após foi lido o **SÉTIMO ITEM** que se refere à venda dos bens do ativo imobilizados já posto a conhecimento da assembleia. Colocado em discussão a matéria, e não havendo nenhuma manifestação contrária, foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos da assembleia, foi feito a leitura do **OITAVO ITEM** referente aos assuntos gerais, Deixado à palavra à disposição dos associados, o Sr. Valmor Rosso solicitou ao Conselho de Administração que avaliasse a legalidade dos pagamentos de cédula de presença aos conselheiros suplentes, na mesma fala o associado ainda enfatiza ao mesmo conselho que na eventualidade de afastamento do presidente que não seja efetuado o pagamento do pró-labore do presidente afastado. Não havendo mais manifestações dos associados presentes. Logo após o presidente da assembleia disse que as sugestões ora apresentadas serão levadas ao Conselho de Administração para avaliação. Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente agradeceu a presença dos associados e comunicou que a assembleia continuará em aberto até as 17h00min (dezessete) horas do dia 07 (sete) de fevereiro de 2015, quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 2.262 (dois mil duzentos e sessenta e dois) associados e apurou-se o seguinte resultado: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CHAPA ÚNICA somaram-se a quantidade de 2.060 (dois mil e sessenta) votos brancos 148 (cento e quarenta e oito) votos nulos 54 (cinquenta e quatro) O CONSELHO FISCAL CHAPA ÚNICA – somaram-se a quantidade de 1.890 (um mil oitocentos e noventa) votos, votos brancos 324 (trezentos e vinte e quatro), votos nulos 48 (quarenta e oito) e DELEGADOS JUNTO A FECOERUS CHAPA ÚNICA somaram-se a quantidade de 1.813 (um mil oitocentos e treze) votos, votos brancos 401 (quatrocentos e um) e nulos 48 (quarenta e oito). Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados como membros do Conselho de Administração na ordem respectiva de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e demais Conselheiros pelo período de 2.015 a 2.018, os senhores (as) seguintes: **Jorge Rodrigues**, brasileiro, casado em regime de CUB, comerciante, nascido em 11/02/1958, portador da cédula de identidade de nº 502526, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob o nº 341.186.409-53, residente e domiciliado à Rod. SC 445, nº 840, Bairro Vila Nova – Içara – SC; **Quintino Rizzieri Pavei**, brasileiro, casado em regime de CUB, servidor público, nascido em 09/07/1952, portador da cédula de identidade de nº 181942, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 179.386.279-68, residente e domiciliado à Rua Coronel Marcos Rovaris, nº 1440, Bairro Primeiro de Maio, Içara – SC; **Cleber Luiz Oliveira da Silva**, brasileiro, mantenedor de regime União estável, comerciante, nascido em 08/12/1970, portador da cédula de identidade de nº 2154586, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 641.517.199-20, residente e domiciliado à Rua Altamiro Guimarães, s/nº, Centro Içara – SC; **Marcelo Silveira Cascaes**, brasileiro, casado em regime de CPB, mineiro, nascido em 10/05/1985, portador da cédula de identidade de nº 4881084, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 053.541.769-13, residente e domiciliado à Rod. SC 445, s/nº, Sanga Funda - Içara – SC; **Hilário Dal Molin**, brasileiro, casado em regime de CUB, aposentado, nascido em 07/05/1935, portador da cédula de identidade de nº 2627477, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob o nº 008.872.009-49, residente e domiciliado à Rod. ICR 355, s/º Ponta do Mato – Içara – SC; **Evanir Calegari**, brasileiro, casado em regime de CPB, perito, nascido em 05/05/1970, portador da cédula de identidade de nº 1937468, inscrito no CPF sob o nº 496.379.089-00, residente e domiciliado À Rua Antônio Bernardo, s/nº, Bairro Vila Nova – Içara – SC; **Moacyr Francisco**, brasileiro, casado em regime de CPB, aposentado, nascido em 25/05/1969, portador da cédula de identidade de nº 2578784, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 754.425.409-78, residente e domiciliado à Rua Felipe Teófilo da Silveira, nº 74, Bairro Barracão – SC; **Rodrigo da Silva Gonçalves**, brasileiro, casado em regime de CPB, Técnico de Administração, nascido em 19/10/1982, portado da cédula de identidade de nº 4109406, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 041.644.369-99, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 244, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Içara – SC; na mesma ordem acima segue relação dos Conselheiros Fiscais eleitos e empossados para o período 2015 efetivos e suplentes respectivamente: **Silvano de Bem Camilo**, brasileiro, casado em regime de CPB, representante comercial, nascido em 15/01/1976, portador da cédula de identidade de nº 3556251, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 020.905.299-62, residente e domiciliado à Rua Anita Garibaldi, nº 1660, Bairro Cristo Rei – Içara – SC; **Silvia Mendes**, brasileira, solteira, assessora parlamentar, nascida em 30/06/1971, portadora da cédula de identidade de nº 25702750, expedida pela SSP-SC, inscrita no CPF de nº 786.089.299-53, residente e domiciliada à Rua Jaguaruna, s/nº Centro Balneário Rincão – SC; **Ademar Darolt**, brasileiro, casado em regime de CUB, comerciante, nascido em 15/04/1955, portador da cédula de identidade de nº 500945, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 303.479.399-53, residente e domiciliado à Av. Mario Pian, nº 480, Balneário Rincão – SC; **Jairo Manoel da Silveira**, brasileiro, casado em regime de CPB, agricultor, nascido em 14/12/1979, portador da cédula de



identidade de nº 3988748, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 031.683.789-09, residente e domiciliado à Rua Juvenal José Silvano, s/nº, Campo Mãe Luzia, Içara – SC; **Renata Chagas Damásio**, brasileira, solteira, auxiliar administrativa, nascida em 30/09/1974, portadora da cédula de identidade de nº 3361172, expedida pela SSP-SC, inscrita no CPF de nº 018.118.149-56, residente e domiciliada à Rua sem denominação, balneário Torneiro – SC; **Reginaldo Cardoso**, brasileiro, casado em regime de CPB, mecânico, portador da cédula de identidade de nº 2578489, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 798.961.629-72, residente e domiciliado à Rua Vitório Cechinel, nº 291, Bairro Vila Nova, Içara – SC; no mesmo sentido segue abaixo relação dos eleitos na condição de Delegados junto a FECOERUSC, efetivos e suplentes respectivamente: **Valmor Zilli**, brasileiro, casado em regime de CUB, aposentado, nascido em 26/11/1954, portador da cédula de identidade de nº 334983, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 344.038.419-53, residente e domiciliado à Rod. ICR 351, Juvenal José Silvano s/nº, Bairro Coqueiros, Içara – SC; **Vamilson Manoel Pacheco**, brasileiro, casado em regime de CUB, nascido em 05/07/1962, portador da cédula de identidade de nº 1085105, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 440.717.109-00, residente e domiciliado à Rua Tranquilo Pizzetti, nº 379, Bairro Jardim Silvana, Içara – SC; **João Rodrigues**, brasileiro, casado em regime de CUB, aposentado, nascido em 27/02/1953, portador da cédula de identidade de nº 6067318045, expedida pela SSP-RS, inscrito no CPF de nº 210.310.700-44, residente e domiciliado à Rod. ICR 350, Arino Antônio Candido, s/nº, Bairro Boa Vista, Içara – SC; **Jorge José Custódio**, brasileiro, casado em regime de CUB, funcionário público, nascido em 21/06/1961, portador da cédula de identidade de nº 854311, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF de nº 653.204.099-15, residente e domiciliado à Rod. SC 445, Km 76, Bairro Lombas Pedreiras, Içara – SC. Assim compostos, eleitos e empossados os membros da única chapa inscrita para as eleições acima descritos declaram que a) “*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que: temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*”, b) “*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral*”, c) “*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*”. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembleia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembleia. Em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa nº 101/2001, do DNRC, certificamos que estavam presentes na assembleia realizada a partir das 19h00min horas do dia 06/02/2015, 373 (**trezentos e setenta e três**) associados e que, no dia 07/02/2015, votaram 2.262 (dois mil duzentos e sessenta e dois) associados, conforme cópias autênticas das listas de presença que passam a fazer parte integrante desta ata e observando o quórum legal foram designados 10 (dez) cooperados para assiná-la, que segue: Rosângela Zanolli Vieira Alves, Thiago Agostinho, Diego Alves, Suzana Duarte Essek Agostinho, Itamar Oloyde da Silva, Rodrigues Mendes, Adilton Ricardo Tramontin, Daniel Lock Gomes, Paulo Roberto Brígido, Martinho Mendes. Em virtude da impossibilidade de se colher neste instrumento a assinatura de todos os presentes. Esta ata foi produzida por meio eletrônico.

Içara SC, 07 (sete) de fevereiro de 2.015.

Jorge Rodrigues
Presidente

Severiano Antônio Valentim
Secretário



PARTICIPAÇÕES

Direção Geral e Produção

Daniel Vieira - Contador

Supervisão

Reginaldo de Jesus – Gerente Administrativo

Colaboração

Edmilson Maragno - Departamento Técnico

Mateus Dalmolin - Departamento Comercial

Rafael Bacis – Departamento TI

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos e Segurança do trabalho

Tais Pacheco – Departamento de Comunicação

Auditoria

Müller Auditores Independentes S.S.

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL 396/10

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC

Ofício circular nº 155/2013 de 23/01/2013 SFF/ANEEL.

Estatuto Social da Cooperaliança.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software